

VINTE E SEIS MEDIDAS CONTRA OS TRABALHADORES CONTRA A DEMOCRACIA CONTRA PORTUGAL DE ABRIL

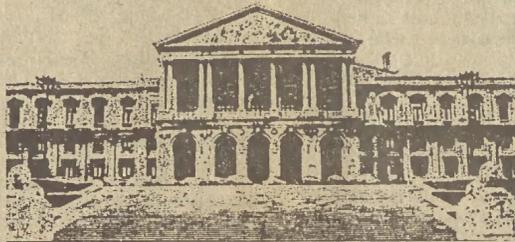
Nota da Comissão Política do CC do PCP sobre as últimas medidas do Governo «AD»/Balsemão/Freitas - Pág. 3



O Partido do futuro

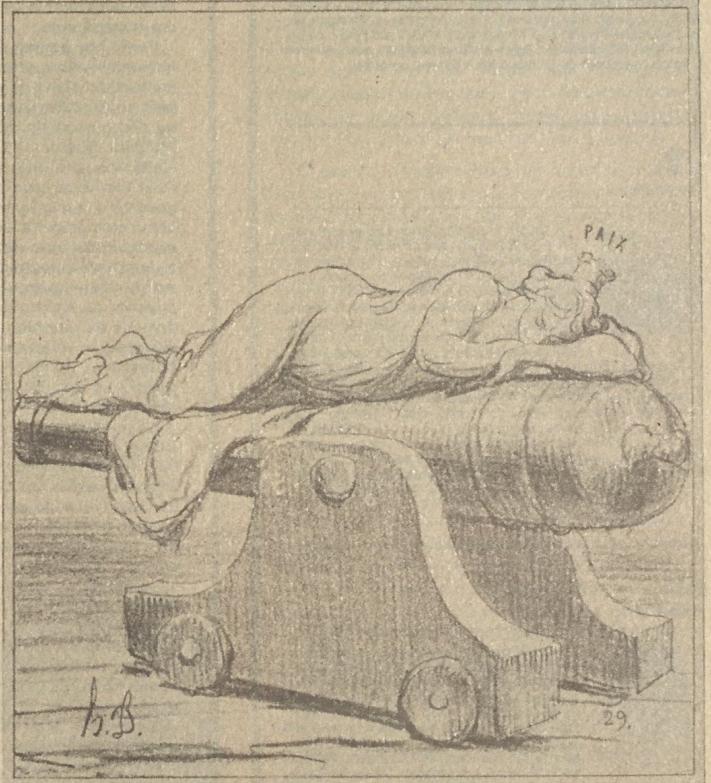
De Norte a Sul do País, prossegue a organização de iniciativas culturais e de convívio que a presença de dirigentes do Partido transforma também em esclarecedores debates políticos

- Pág. 5



O PS/Mária Soares sofre os enxovalhos de quem vende os princípios: são os partidos da direita na Assembleia da República que lhe dizem: «Se fossemos socialistas não votávamos esta revisão!». Em resposta, Almeida Santos diz que, infidelidades por infidelidades, são piores as do PPD/PSD porque tem mais vezes a palavra socialismo no seu programa que o PS! Ao que se chega, que vergonha!

Pág. 4



gravura de Honoré Daumier

SETE ANOS DEPOIS DE HELSÍNQUIA

A PAZ

EM PÉ DE GUERRA

- O imperialismo contra o desanuviamiento - Pág. 8
- O massacre sionista no Líbano - Pág. 8
- IV Festa da Paz e da Cultura em Vila Real de Santo António - Pág. 7
- Concentração no Rossio, amanhã, promovida pelo Movimento Nacional de Opinião Pública «Não às armas nucleares em Portugal», no 37.º aniversário da explosão de Hiroshima -

Pág. 7



O ESCÂNDALO DA EXTINÇÃO DA ANOP

Trabalhadores da Comunicação Social vão para a luta • Nota da SIP do CC do PCP - Pág. 3

SEMANA

28

Quarta-feira

A Comissão Permanente do PSD divulga um comunicado em que se considera "conspirativa" a reunião de militares em Porto de Mós no fim-de-semana passado, manifestando esperança de que "o Presidente da República e os mais altos responsáveis pela instituição militar assumam uma posição inequívoca a este propósito"; até à data, a esperança do PSD não se concretizou. ■ Doze Câmaras Municipais do distrito de Évora manifestam-se contra o eventual encerramento da Anop, bem como os presidentes das Câmaras de Matosinhos e Figueira da Foz e vários dirigentes do PSD e do CDS. ■ Desempregados de Balaizão manifestam-se junto ao Governo Civil de Beja exigindo medidas de combate ao desemprego. ■ Diplomata da Nicarágua que esteve detido na Costa Rica denuncia à sua chegada a Manágua ter sido vítima de torturas que lhe deixaram lesões por todo o corpo. ■ Empresa italiana de energia manifesta-se contra qualquer embargo ao gasoduto da Sibéria para a Europa ocidental.

29

Quinta-feira



O navio prisão

A União de Sindicatos de Lisboa apela ao PR e ao CR para que demitam o Governo "AD", cuja política é indigna do Portugal de Abril. ■ O Conselho de Ministros anuncia a intenção de extinguir a Anop, para além de um conjunto de 26 medidas político-económicas em que se destacam os ataques aos sectores público e empresarial do Estado. ■ O órgão oficial do PS, "Portugal Hoje", suspende a publicação por dois meses devido a problemas financeiros. ■ Chega a Lisboa um veleiro chileno que serviu de prisão e centro de tortura após o golpe fascista no Chile; o veleiro está proibido de atracar em numerosos portos do mundo, mas o governo "AD" não se importa de lhe dar abrigo. ■ Milhares de trabalhadores do sul de Espanha entram em greve reivindicando um maior apoio estatal aos desempregados. ■ Governos dos países da CEE entram em conflito com o Parlamento Europeu devido aos cortes de milhões de dólares nos aumentos de gastos para o próximo ano.

30

Sexta-feira



Novos aumentos

Pinto Balsemão anuncia em conferência de imprensa subida de preços de bens e serviços, para além de medidas para concretizar a política restauracionista da "AD". ■ Os trabalhadores da Anop decidem manter a agência em pleno funcionamento, mesmo que o Governo venha a determinar a suspensão da sua actividade. ■ A Comissão Política do PCP acusa a direcção do PS de facilitar a "AD" a subversão do regime democrático. ■ O governo da Alemanha Federal protesta contra os "critérios" de Reagan que pretende impor à Europa o bloqueio ao gasoduto soviético e renova os contratos de venda de cereais à URSS para não prejudicar os agricultores norte-americanos. ■ Israel volta a romper o cessar-fogo no Líbano pouco depois do governo sionista ter recusado uma proposta da OLP para a sua retirada de Beirute; entretanto, os EUA reforçam o apoio a Israel recusando-se a votar uma resolução na ONU exigindo a retirada das tropas sionistas dos arredores da capital libanesa.

31

Sábado

Diversas organizações de trabalhadores manifestam a sua oposição à extinção da Anop, juntando-se ao vasto movimento de repúdio que se ergue por todo o país contra esta manobra do Governo "AD". ■ Em comunicado tornado público no final de uma reunião do seu secretariado, a União dos Sindicatos do Porto responsabiliza o Governo pela "crise actual que conduz o país à ruína". ■ O Sindicato dos Magistrados do Ministério Público revelou que o relatório da Procuradoria-Geral da República sobre os acontecimentos do 1.º de Maio no Porto foi remetido há mais de uma semana ao MAI e que este está a demorar a divulgação do documento. ■ Trabalhadores do "Portugal Hoje" decidem em plenário continuar a comparecer diariamente nos seus postos de trabalho.

1

Domingo

Um novo escândalo é denunciado pelas organizações representativas de trabalhadores da banca: gestores "AD" da banca nacionalizada distribuem carros aos seus assessores e directores de serviço e 200 litros de gasolina por mês. ■ A CGTP-IN considera as propostas de novas leis dos despedimentos e das associações sindicais, como medidas que "traduzem todo o plano da "AD" para destruir os fundamentos económicos, sociais e políticos do 25 de Abril". ■ Em comunicado da sua Comissão Permanente, o PS saúda "o responsável e construtivo espírito que norteou o grupo parlamentar do PS". ■ Fontes oficiais norte-americanas citadas pela agência Reuter revelam que os Estados Unidos estão empenhados num projecto militar que pode duplicar ou mesmo triplicar o seu arsenal de armas de neutrões. ■ Fracassa a tentativa de um grupo de militares da força aérea para depor Daniel Arap Moi, presidente do Quênia.

2

Segunda-feira



Beirute destruída

Respondendo a críticas e ataques à reunião de Porto de Mós, o porta-voz do Conselho da Revolução, tenente-coronel Vítor Alves, afirma que há quem tente de novo "colocar os militares como cidadãos de segunda", acusando ainda os que pedem sanções disciplinares para os participantes da referida reunião de revelar uma "posição mental igual à que tinham os detentores do anterior regime". ■ O Governo Britânico anuncia que as empresas do seu país cumprirão os contratos relativos ao gasoduto euro-siberiano, não aceitando assim o embargo dos Estados Unidos. ■ Beirute ocidental é submetida a 17 horas ininterruptas de bombardeamentos que causaram entre 150 e 200 mortos, enquanto colunas de blindados e tanques das tropas sionistas ocupavam novas posições nos pontos de acesso à massacrada cidade.

3

Terça-feira

São divulgadas as decisões da Assembleia Geral do Sindicato dos Jornalistas que, entre outras coisas, aprovou uma greve da classe para o dia 10 de Agosto, um pedido ao Presidente da República para a demissão do Primeiro-Ministro, a expulsão de Pinto Balsemão de sócio do Sindicato dos Jornalistas e a responsabilização judicial de Balsemão, Rebelo de Sousa e José Alfaia como autores da tentativa de extinção da Anop. ■ Mário Soares e outros dirigentes do PS reúnem-se com representantes da CIP, CAP e CCP, a pedido das três federações patronais. ■ As tropas israelitas impedem o acesso a Beirute da comissão das Nações Unidas encarregue de instalação dos observadores do Conselho de Segurança. ■ É anunciado em Bruxelas que os governos da CEE estão a preparar protestos formais contra o embargo norte-americano de equipamento para o gasoduto siberiano.

Editorial

MAIS 26 RAZÕES PARA ACTUAR

Entre outras características relevantes, as vinte e seis medidas anunciadas pelo Governo Balsemão-Freitas no final da passada semana apresentam uma que convém sublinhar: são de uma meridiana clareza, de uma exuberante evidência quanto aos objetivos a curto, médio e longo prazo da "AD".

Dizia-se no anterior editorial do "Avante!" que os alvos da direita portuguesa hoje só não são vistos por quem não quiser: as sucessivas declarações dos dirigentes "AD" tinham-se já encarregue de deitar definitiva luz sobre o assunto. Agora, as medidas governamentais encarregam-se de carrear ainda mais factos para tornar mais claro o que já era transparente.

Ponto por ponto, as vinte e seis medidas governamentais são o prosseguimento de um cuidado e meticuloso plano de destruição do edifício erguido pelo povo português após o 25 de Abril. O governo não o esconde: não esconde que, agora que o PS/Mário Soares está em vias de oferecer à direita a alteração profunda do regime, as condições políticas para que essa direita se eternize no poder e governe a seu belo prazer, trata-se de prosseguir — como eles próprios dizem — o *desmantelamento*. O *desmantelamento* dos direitos dos trabalhadores, o *desmantelamento* das liberdades, o *desmantelamento* das empresas nacionalizadas, o *desmantelamento* da Reforma Agrária, o *desmantelamento* das leis do emprego, o *desmantelamento* das leis eleitorais, o *desmantelamento* da liberdade de informação e opinião, o *desmantelamento* da independência das Forças Armadas. Em suma: o *desmantelamento* do Portugal de Abril.

Como salienta a nota da Comissão Política do CC do PCP, a "AD" evidencia uma total arrogância que só lhe pode advir de uma total confiança nas abjectas cedências do PS/Mário Soares. Porque a verdade é que, ao anunciar este pacote de medidas quando a revisão ainda nem sequer está completada e muito menos promulgada, a "AD" já diz alto e em bom som que estas e outras que se vão seguir se destinam a "atenuar" os efeitos dos pontos da revisão em que não se terá ido tão longe quanto ela desejar! Isto é: a "AD" anuncia desde já que nem a *própria Constituição revista irá respeitar!*

O projecto é de destruição do Portugal de Abril nos actos e nas palavras. A ilegalidade pratica-se — e anuncia-se.

O governo "AD" coloca-se, pelos actos e pelas palavras, fora da lei.

É claro que milhões e milhões de portugueses não necessitam de escutar as alocações dos ministros para verificarem que o país está a ser conduzido para a catástrofe.

Quando se afirma que estas 26 medidas, como todas as que se antecederam e as que se lhes vão seguir, compõem uma política antinacional e antipopular — trata-se de coisa sentida na carne, na vida, no quotidiano pela esmagadora maioria do povo.

O *desmantelamento* de Abril pela "AD" não se passa exclusivamente — nem sequer principalmente — nas linhas do "Diário da República". Passa-se na sucessão de medidas que todos os dias roubam a quem trabalha mais um tanto do seu ordenado; passa-se nas cumplicidades e apoios que permitem e incentivam a repressão nas empresas, as perseguições aos trabalhadores, os despedimentos, os processos disciplinares, os espancamentos e intimidações; passa-se na degradação constante da vida, nos transportes, nos hospitais, nas escolas ou na casa; passa-se no desencanto e no desespero dos jovens, no desencanto e no deses-

pero dos idosos; passa-se na indignação que contempla a corrupção, o compadrio, a venalidade, a incompetência; passa-se nos baldios roubados, nos subsídios das geadas não pagos, nos seguros de colheitas que não há, nas obras que se não fazem.

O povo português sabe que Abril está em causa porque sente que a sua vida está cada vez pior.

E diz não.

Ora, este povo que claramente sabe o que não quer, que claramente diz que não quer este governo, que não quer esta política, que não quer o futuro que os sinistros acordos de gabinete lhe pretendem traçar, este povo português tem todo o direito de perguntar: do que é que se está à espera?

E, na verdade, pergunta.

Será que não há solução? Será que é de dizer aos portugueses que está decidido que a direita tem carta branca para conduzir o país à bancarrota e à ditadura, para destruir os frutos do trabalho, da dignidade e da liberdade?

Os comunistas afirmam o contrário. Afirmam com toda a clareza que há medidas urgentes, necessárias e possíveis para pôr cobro ao que se passa e abrir caminho a uma nova política.

O PCP defende a urgência da dissolução da Assembleia da República, da demissão do governo, da nomeação de um governo de gestão e da convocação de eleições gerais antecipadas que criem condições para um governo democrático com uma política democrática.

O PCP apontou estas necessidades quando os perigos se desenhavam; insistiu nelas quando se avolumavam; insiste agora quando eles se concretizam.

A vida tem-se encarregue de demonstrar que estas são as medidas necessárias para encontrar uma solução para a crise em que a direita e os seus aliados lançaram o País.

Parece importante sublinhar que as quatro medidas avançadas não são a *solução* para a crise; são sim as medidas necessárias para abrir caminho à *solução*.

E abrem caminho por três ordens de razões. A primeira porque põem cobro a uma política desastrosa e que cada vez dificultará mais e mais a possibilidade de construir soluções; a segunda porque impedirão a revisão inconstitucional da Constituição e uma modificação gravíssima do regime (com resultados futuros imprevisíveis), desarticulando a manobra subversiva em que a direita está empenhada; a terceira porque abrem caminho a que o povo português, enriquecido pela experiência e pela prática destes anos, afirme a sua vontade nas urnas e imponha uma viragem democrática na vida portuguesa.

E aqui há quem pergunte: mas quem garante que assim será? Quem garante que a direita, que a "AD", sairá derrotada de umas próximas eleições? E há ainda quem acrescente: e em que forças se irá apoiar essa alternativa?

Parece urgente dar resposta a tais questões.

Não se pode ficar à espera que um campo se cubra de searas para saber se ele é fértil e tomar então a decisão de semear o trigo. As searas cres-

cerão se o campo for fértil sim, mas transformado e enriquecido pela decisão e pela acção.

Alguém tem dúvidas sobre que o povo português não quer uma política de direita, não quer a política da "AD"? Se tem, como explica porque é que o povo votou como votou em 7 de Dezembro de 1980? Se tem, como explica porque é que o povo se manifesta em algumas das mais poderosas acções democráticas e de massas desde o 25 de Abril? Como explica as sucessivas derrotas da direita nos actos eleitorais realizados nos últimos dois anos? Como explica a perda de influência e o descrédito de organizações de direita como a CAP, a CIP, o falhanço de ofensivas "sindicalistas" da direita, as derrotas nos sindicatos e nas estruturas democráticas? Como explica o desprestígio das autarquias "AD"? Como explica a necessidade da "AD" de amordaçar a informação, de criar polícias, de desencadear a repressão, de tentar o assalto às Forças Armadas?

E quando se coloca a questão de "e se a 'AD' ganha novamente", cabe perguntar: mas qual "AD"? Alguém duvida de que esta "AD", desacreditada perante os portugueses, esraçalhada por contradições internas (das políticas às pessoais, das clientelas às ambições, da corrupção à incompetência), apenas subsiste hoje porque entre os que a compõem há o denominador comum da necessidade de se agarrarem ao poder? Alguém duvida de que, privada do governo e do poder, esta "AD" caminhará para ser um arepago de recriminações mútuas, um festival de fugas às responsabilidades passadas e então exigidas pelo povo face às urnas, um ajustar de contas e um acertar de influências?

E mais.

Não é evidente que a derrota da "AD" e o seu afastamento do poder antes que termine a sua conspiração contra a democracia é também a derrota das políticas de cedências à direita de Mário Soares?

Quanto às forças para a alternativa, elas existem. Desde há muito que as forças democráticas são em Portugal mais fortes que as forças da direita. A alternativa reside — como repetidamente o PCP tem afirmado — na unidade dos democratas, no seu entendimento.

Os comunistas não hesitam em afirmar que o povo português exige e apoiar a medidas de uma alternativa democrática nascidas no entendimento entre as forças democráticas.

Mas para que o povo claramente afirme o seu apoio é necessário que as medidas claramente surjam, é necessário demitir o governo e promover eleições legislativas antecipadas, dissolvendo a Assembleia da República e formando um governo democrático de gestão.

O campo das forças democráticas, o campo dos que se opõem à política da direita, dos que procuram uma saída para a crise a que a "AD" arrastou o País, não cessa de crescer. Nas próprias hostes da maioria as discordâncias se avolumam, as contradições se agravam.

Os democratas existem. As condições existem. Faltam os actos.

A unidade constrói-se na acção. Definha na hesitação.

Como sempre, os comunistas afirmam a sua inteira disponibilidade para analisarem com todos os sectores democráticos todas as soluções para os problemas nacionais. Certos de que esse é o querer democrático dos portugueses, é a vontade do povo.

Que vencerá.

60 ANOS DE LUTA

ao serviço do povo e da pátria



EXPOSIÇÃO COMEMORATIVA DO 60.º ANIVERSÁRIO DO PCP EM LIVRO

Uma grande iniciativa de **edições Avante!**

O Militante
à venda
O NÚMERO DE JULHO

Avante!
Proletários de todos os países: UNI-VOS!

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Seixo Pereira Gomes — 1699 — Lisboa CODEX. Tel. 768345

ADMINISTRAÇÃO: Editorial Avante, SARL, Av. Santos Dumont, 57-2.º Esq.º, 1000 Lisboa Tel. 769744/769751

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Seixo Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX. Tel. 769725/769722

DISTRIBUIÇÃO: CDL Central Distribuidora Livreira, SARL, Serviços Centrais: Av. Santos Dumont, 57 — 2.º — 1000 Lisboa. Tel. 779828/779825/769751

Casa da Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 — 1200 Lisboa. Tel. 372238

Delegação do Norte: Centro Distribuidor do Norte: R. Miguel Bombarda, 578 — 4000 Porto. Tel. 693908

Centro Distribuidor de Coimbra: Rua 1.º de Maio, 186, Pedruha — 3000 Coimbra Tel. 31266

Delegação do Sul: Centro Distribuidor de Évora: Alcacova de Baixo, 13 — 7000 Évora. Tel. 26361

Centro Distribuidor de Faro: Rua 1.º de Dezembro, 23 — 8000 Faro. Tel. 24417

ASSINATURAS: Av. Santos Dumont, 57-2.º Esq.º — 1000 Lisboa. Tel. 779828

PUBLICIDADE CENTRAL: Av. Santos Dumont, 53-A — 1000 Lisboa. Tel. 776386/776750. Porto — Rua do Almada, 18-2.º Esq.º — 4000 Porto. Tel. 381067

EXPEDIÇÃO: R. João de Deus, 24 — Venda Nova — 2700 Amadora. Tel. 900044

Composto e Impreso na Heeka Portuguesa — R. Elias Garcia, 27 — Venda Nova — 2700 Amadora. Depósito legal n.º 205/82

Tiragem média do mês de Junho: 53 750

Nacional

Nota da Comissão Política do CC do PCP

Vinte e seis medidas contra o Portugal de Abril

1. As decisões e projectos ontem (quinta-feira, 29) anunciados pelo conselho de ministros confirmam, de forma clara, que a revisão da Constituição oferecida à "AD" pelo PS/Mário Soares constitui uma peça fundamental e um instrumento decisivo nos planos das forças reacçãoárias de subversão e destruição do regime democrático e das conquistas de 25 de Abril.
2. Com efeito, na sequência de anteriores afirmações, o que o governo "AD", encorajado e estimulado pela revisão da Constituição, vem agora anunciar um autêntico programa de acelerada restauração do poder do grande capital, dos agrários e do imperialismo sobre a economia e a vida nacional, um programa de ataque feroz ao sector nacionalizado e à Reforma Agrária, de reforço da exploração dos trabalhadores e liquidação dos seus direitos, de acentuação do controlo reacçãoário da comunicação social, de agravamento das condições de vida da população e de mais veloz ruína nacional.
3. Trata-se de um novo e irrecusável testemunho de que o governo "AD" se apresenta não como um governo interessado em resolver os problemas reais do povo e do país mas como um comité executivo dos interesses do grande capital, como um quartel general da destruição do Portugal de Abril, como uma cliqué instalada no topo do aparelho do Estado e disposta a esmagar os interesses populares e nacionais em benefício dos interesses ilegítimos e egoístas dos inimigos da democracia, do progresso e do desenvolvimento nacional.
4. Só uma completa e sólida confiança no vergonhoso colaboracionismo do PS/Mário Soares com a

- "AD" na revisão da Constituição, pode explicar que o governo "AD", ainda antes da votação global da lei de revisão da Constituição ou da sua promulgação, se atreve a anunciar tão cristalinamente uma frontal ameaça e provocação ao regime democrático e as transformações económicas e sociais que dele são parte integrante.
- As decisões, medidas e projectos anunciados pelo governo "AD" desmentem e põem a nu a completa falsidade e hipocrisia das sucessivas declarações da direcção do PS de que da revisão constitucional acordada com a "AD" não resultariam quaisquer perigos para os direitos dos trabalhadores, para a organização económica consagrada na Constituição, para a fiscalização democrática da constitucionalidade das leis, para a própria democracia.
5. As referidas decisões do conselho de ministros, (confirmando que para a "AD" a revisão da Constituição acordada com o PS é uma excelente plataforma para o relançamento da ofensiva contra as transformações económicas e sociais operadas depois do 25 de Abril) e a entrevista de Freitas do Amaral na RTP/1 (confirmando os largos benefícios que a "AD" conta colher das alterações da organização do poder político e, designadamente, da anulação, redução ou condicionamento dos principais poderes do Presidente da República) — não podem deixar de constituir novos e mais claros elementos de apreciação por parte das instituições democráticas e de todos os democratas portugueses, designadamente dos deputados socialistas que, embora afirmando discordarem da revisão acordada entre Mário Soares e a "AD", tem entretanto dado o seu voto favorável a desastrosas alterações à Constituição.

6. A arrogância e as operações demagógicas do governo "AD", completamente desacreditado, combatido e isolado, não traduzem nem força nem solidez, mas tão só a exploração do colaboracionismo da direcção do PS e da inércia e passividade dos órgãos de soberania a quem estão confiadas missões constitucionais de suprema garantia do regime democrático.
- A acção e os planos do governo "AD" e a revisão constitucional acordada entre a "AD" e o PS fazem pesar sobre os interesses vitais do povo português e sobre o regime democrático perigos que estão agora perfeitamente perfilados e identificados. Mas ainda se está muito a tempo de, através do funcionamento das instituições democráticas e do accionamento dos mecanismos constitucionais adequados, travar a espiral subversiva e destruidora anunciada pela "AD" e favorecida pela revisão da Constituição acordada entre a "AD" e Mário Soares.
7. A pronta demissão do governo "AD", a dissolução da Assembleia da República antes que se consuma uma revisão da Constituição que, ao arripio da vontade popular, pretende alterar e desfigurar o regime democrático e esvaziar de conteúdo a vitória da democracia em 7 de Dezembro de 1980, a formação de um governo de gestão isento e a convocação de novas eleições legislativas, chamando o povo a decidir democraticamente sobre a solução da crise que o país atravessa — tais são as medidas constitucionais e legais que, na hora presente, o interesse do povo e da democracia, mais do que nunca, impõem.
- 30 de Julho de 1982
- A Comissão Política do Comité Central do Partido Comunista Português

Uma sala destruída

Porque é que um assomo de indignação nos invade ao sabermos que, pela calada da noite, a criadagem dos patrões da Fábrica de Loíça de Sacavém arrasam a sala da Comissão de Trabalhadores da empresa? Porque é que palavras ainda mais duras nos chegam aos lábios para designar esse vandalismo imbecil de quebrar cadeiras, esventrar *dossiers*, rasgar livros, cobrir as paredes de insultos reacçãoários e boçais?

O assalto de meia-dúzia de poltrões contra uma sala e o seu recheio são incomparavelmente menos importantes que os 21 despedimentos e as 80 suspensões de trabalhadoras e trabalhadores daquela empresa. São incomparavelmente menos importantes que a agressão de operários por um valdevinos feito administrador. São incomparavelmente menos importantes que os espancamentos e as intimidações feitas sobre os trabalhadores de Sacavém pela GNR às ordens de uma administração que se comporta como um bando.

E não só.

Nestes mesmos dias, uma outra administração manda para o desemprego dirigentes e delegados sindicais; instaura processos disciplinares e ameaça com o desemprego milhares de operários. É na Cometna. Aqui, a cobardia vergonhosa: é nas vésperas da fábrica encerrar para um mês de férias que os administradores mandam para umas férias de desemprego e fome os operários que perseguiram e despediram: esperam que o intervalo de um mês de férias, de um mês afastado de fresas, forjas e trabalho, quebre a solidariedade de classe dos companheiros.

Rasgar *dossiers* e quebrar cadeiras não é mais grave do que isto.

Tal como não é mais grave do que os despedimentos em centenas de empresas, os gorilas do patronato em centenas de outras.

Tal como não é mais grave do que a afirmação de um responsável da Porpress de que para ali irão os jornalistas da ANOP... que não forem comunistas!

Tal como não é mais grave do que — como sucedeu em Évora — um governador civil 'AD' recomendar "bom senso" aos jovens desempregados que lhe falam de miséria, de fome — e da sua vontade de trabalhar.

Não é mais grave — mas é importante. Não é mais grave — mas é significativo.

O patronato e o seu governo 'AD' não estão a gerir questões económicas: estão a tentar esmagar uma classe. Não querem apenas ganhar mais dinheiro **agora**: querem condições para ganhar muito mais **sempre**. Não querem apenas pagar menos e explorar mais: querem fazê-lo impunemente e com segurança.

Não são incidentes: é uma ofensiva.

É uma ofensiva que visa explorar mais e esmagar todas as condições de resistência e de resposta das classes trabalhadoras. Por isso se despede — para contratar a prazo, pagar menos e lucrar mais. Por isso se despede para encerrar empresas e lucrar mais com outra ao lado.

Mas por isso se despede selectivamente: despedir um representante operário eleito não é apenas perseguir um operário — é através dele, da sua qualidade representativa, perseguir uma classe. Por isso se intimida, se espanca, se persegue, se ameaça, se elaboram listas negras.

É por isso também, pela calada da noite, se destrói a mesa das reuniões de trabalhadores, as cadeiras de trabalhadores, os *dossiers* dos trabalhadores. Não é o móvel que se visa, não é o *dossier* que se procura: é a organização. É a expressão organizada da classe dentro da fábrica.

É sonham em ir mais longe. O governo do patronato lá está para proteger estes primeiros passos e dar os seguintes: para rever legislação do trabalho, para armar polícias, para dar créditos aos patrões, para proibir greves, para ocupar a informação e mentir sobre tudo — e sobre todos os trabalhadores.

É a repressão terrorista. Sobre os homens e sobre o que eles criam.

É o fascismo que a direita busca dia a dia. É o fascismo que procura no mudar de uma Constituição. É o fascismo presente nas palavras e nos actos do governo 'AD'.

É o objectivo de uma ditadura que permita de vez a repressão assim — e pior. De uma ditadura terrorista que permita de vez a destruição assim — e pior. De uma ditadura terrorista dos grandes monopólios que permita, outra vez, explorarem assim — e como desejam.

A questão é urgente. Também um *dossier* esventrado, uma cadeira partida, uma porta arrombada na sala da Comissão de Trabalhadores da Fábrica de Loíça de Sacavém tornam urgente dar forma a esse recado repetido e urgente: **o povo não quer fascistas no poder.**



Jornalistas defendem ANOP

— greve no próximo dia 10 e Balsemão expulso do sindicato

Greve dos jornalistas na próxima terça-feira, dia 10, e expulsão do actual Primeiro-Ministro, Pinto Balsemão, de sócio do Sindicato dos Jornalistas, no qual está inscrito com o número 138 foram duas das propostas aprovadas segunda-feira passada durante a Assembleia Geral do Sindicato dos Jornalistas que se reuniu para encontrar formas de luta contra a projectada extinção da ANOP por parte do Governo da Aliança "Democrática".

Nesse mesmo dia a intenção do Governo constitui tema de debate para o Conselho da Revolução, que nesse dia se reúne como sucede todas as semanas.

A provável asfixia financeira da empresa foi, nesta reunião, sublinhada em particular. Deste modo o Governo tentaria atingir os seus intentos e quando contasse com a existência do Tribunal Constitucional, favorável aos seus desígnios, fácil lhe seria publicar o diploma necessário para a extinção "legal" da ANOP.

Entretanto, a Assembleia do Sindicato dos Jornalistas revelou-se uma das mais concorridas. A greve geral do próximo dia 10 tem em vista, como consta da proposta aprovada, defender "os postos de trabalho na Comunicação Social", ameaçados que estão por toda esta política do Governo "AD" e ao mesmo tempo é uma forma de exprimir a firme solidariedade com os trabalhadores da ANOP-EP, "eventuais primeiras vítimas das medidas arbitrárias e ilegais deste Governo no sector da Comunicação Social".

Enquanto a proposta de greve geral era aprovada por unanimidade, uma proposta de expulsão do Primeiro-Ministro como sócio do Sindicato suscitava apenas uma abstenção. A restante assembleia votou favoravelmente.

À direcção do sindicato a classe determinou ainda que sejam promovidas as diligências necessárias para serem responsabilizados judicialmente "os conhecidos autores da tentativa de extinção da ANOP, Pinto Balsemão, Marcello Rebelo de Sousa e José Alfaia, por agirem de má-fé e prejudicarem a imagem pública da ANOP com intoleráveis injúrias e difamações".

Aprovada igualmente por unanimidade foi uma moção apresentada pela direcção do sindicato em que se apela a todos os jornalistas e outros trabalhadores das empresas que aderiram à formação da "Porpress" para que estudem e adoptem formas de luta internas e de solidariedade com os trabalhadores da ANOP.

Na Assembleia foi criada uma comissão de luta que passará a coordenar e a desenvolver todas as iniciativas necessárias "para impedir os planos do Governo" no que ao desmantelamento do sector público da Comunicação Social diz respeito.

Por seu turno, José Alfaia, secretário de Estado para a Comunicação Social anunciava nesse mesmo dia que um novo conselho de gerência iria ser nomeado para a ANOP.

O anterior, recusando participar numa manobra política tão descaradamente ilegal, tinha-se demitido em bloco. Atitude face à qual os órgãos representativos dos trabalhadores da ANOP reagiram alertando para a nomeação certa de um outro conselho de gerência "sem hesitações nem escrupulos de ser liquidário sem mandato legal".

José Alfaia, em declarações ao telejornal da RTP-1 viria a confirmar que novo conselho de gerência estava na forja.

Entretanto, o Sindicato dos Jornalistas apela à solidariedade internacional contra esta arbitrariedade governamental que se propõe despedir cerca de 10 por cento da classe, tantos são os jornalistas que exercem a profissão na ANOP, entre sede e delegações.

Nota da SIP do CC do PCP

É imperioso cortar o passo à operação contra a Anop

1. A decisão tornada pública pelo Conselho de Ministros de extinguir a Anop insere-se num plano previamente traçado e que vem sendo executado, nas últimas semanas, pelo governo com a prestimosa colaboração de numerosas empresas de comunicação social, nomeadamente estatizadas. Para além da desagração de uma entidade essencial ao Estado democrático, a extinção da Anop representaria o desemprego para 260 trabalhadores, muitos dos quais ficariam impedidos de exercer a sua profissão.
2. A recente criação da empresa privada PORPRESS constitui um verdadeiro escândalo cujos contornos e objectivos se impõe denunciar. Assim, enquanto invoca impossibilidades orçamentais para dotar a Anop/EP de um subsídio de 50 000 contos, necessário ao seu funcionamento e desenvolvimento até ao fim do ano de 1982, o governo propõe-se e compromete-se a dar à PORPRESS um subsídio de 150 000 contos anuais, ao qual há ainda que juntar numerosos subsídios indirectos que lhe serão concedidos. Tal é o caso de instalações e outras infra-estruturas da Anop que, caso a sua extinção se concretizasse, o governo entregaria à PORPRESS, bem como a utilização em regime de facilidades e bonificações de serviços públicos como os CTT e os TLP. É ainda significativo que a PORPRESS tenha, entre os seus organizadores e mais activos defensores uma empresa — o "Expresso" — cujo principal

accionista é o Primeiro-Ministro do governo que toma esta escandalosa decisão.

3. Merece também anotação a hipocrisia do governo quando invoca o facto da Anop estar "na dependência do governo" como "um factor de distorção no domínio da liberdade de informação". Estranho e hipocrita argumento este de quem, exactamente por que está no governo, manipula directamente e através dos seus homens de mão toda a comunicação social estatizada, nomeadamente a RTP. Não consta que por esse facto o governo esteja encerrando transformando a RTP ou a RDP em sociedades cooperativas, mesmo que o fossem só de fachada. Nem, inversamente, a falsa natureza desta cooperativa impedirá que o seu pluralismo venha a ser igual ao da RTP, que a sua isenção se venha a distinguir da do "Correio da Manhã" ou que a sua objectividade se venha a restringir daquela que caracteriza o "Tempo" — empresas que, como é sabido, integram o lote dos "promitentes cooperantes" da PORPRESS.

O "Projecto PORPRESS" não é mais do que um novo instrumento, nas mãos da "AD", para tentar manipular a opinião pública nomeadamente quando se avizinha um período eleitoral e se encontra em aberto a possibilidade de o povo português, pela sua luta, correr com a "AD" do governo.

4. Ao pronunciar-se frontalmente contra a extinção da Anop/EP, ao defender a sua continua-

ção como Empresa Pública, ao denunciar a manobra e os objectivos da constituição de uma empresa privada neste sector, a SIP do PCP não desconhece os erros de gestão, a manipulação e a instrumentalização de que a Anop e os seus trabalhadores têm sido alvo por parte de administrações e de gestores para aí nomeados pelos governos "AD". Em consequência, tais erros e desmandos exigem e impõem não a extinção da Anop mas sim a extinção da política de vergonhosa manipulação da comunicação social que lhes deu origem; exigem não o despedimento dos trabalhadores da Anop mas sim o "despedimento" imediato e com "justa causa" do governo que define e aplica uma tal política.

Uma agência noticiosa pública, como a Anop/EP, constitui uma entidade essencial do Estado democrático, pelo papel social e cultural que desempenha e que só uma empresa pública poderá assegurar, nomeadamente na aproximação entre todas as regiões do País e de todas as comunidades portuguesas espalhadas pelo mundo; na ligação entre o Continente e as regiões autónomas; no aprofundamento do conhecimento e intercâmbio entre todos os países de língua portuguesa.

5. Para além de todas as nefastas consequências que a extinção da Anop comporta para o País e para a comunicação social no seu conjunto, todo o processo que conduziu a esta decisão do governo está ferido de escandalosas ilegalida-

des e prepotências. O Conselho de Informação para a Anop — órgão com capacidade e obrigação para emitir parecer sobre tal matéria — não foi ouvido nem informado pelo governo. Aos trabalhadores da Anop não foi presente qualquer projecto de reestruturação que obviasse às consequências negativas da gestão dos últimos governos. O próprio Conselho de Gerência da Anop se manifesta contra a "solução" do governo. O mesmo se passa com diferentes sectores, organizações e personalidades de todos os quadrantes políticos.

É imperioso que, caso antes não se concretize a sua urgente e necessária demissão, o governo "AD"/Balsemão seja impedido, pelos órgãos de soberania que para tal têm competência, de levar por diante o seu plano de destruição da Anop.

6. Apelando a todos os trabalhadores (nomeadamente aos da comunicação social), a todos os democratas para que manifestem a sua oposição à anunciada extinção da Anop, a SIP do PCP sublinha que existem condições para que a legalidade seja defendida, para que seja travada a destruição da Anop, para que seja impedido o escândalo político, moral e financeiro de o Estado contribuir para a criação de uma nova agência noticiosa privada, dominada e instrumentalizada pela "AD" e pelo grande capital que ela representa.

30 de Julho de 1982

A Secção de Informação e Propaganda do Partido Comunista Português

Assembleia da República

Uma vergonha!

Almeida Santos discute com o PPD/PSD quantas vezes cada um tem o socialismo no programa. A direita achincalha os deputados PS atirando-lhes arrogante e trocista: «Se nós fossemos socialistas, não aprovaríamos isto!...»

Muita coisa foi discutida por fora, entre o PS e a AD, no que à revisão da Constituição diz respeito.

Algumas declarações mais inflamadas assim o indicam. Foi o caso do deputado do CDS, Luís Beirão, que, quando na declaração de voto se insurgiu perante o facto de não ter vingado a proposta de eliminação da parte final do artigo 1.º que refere o empenhamento da República Portuguesa «na sua transformação numa sociedade sem classes», afirmou:

«Temos ainda que lamentar que o Partido Socialista não tenha votado a proposta de eliminação por nós apresentada. Ao fazê-lo, o PS — e devo reconhecê-lo com a lealdade que deve caracterizar as relações entre os partidos nesta Assembleia — não violou nenhum compromisso formal. Mas tenho também que dizer que houve uma fase dos trabalhos da revisão constitucional em que esta expressão foi eliminada.

É estranho que se tenha, nesta matéria, voltado para trás.

Mais estranho ainda — ou não será, talvez — é que o deputado Luís Beirão, do CDS, faça afirmações deste teor, que não comprometem o CDS, mas revelam movimentações e jogos de interesses discutidos e acordados no segredo dos gabinetes.

«... o mais depressa possível...»

Na declaração de voto que preferiu a seguir, o deputado socialista Almeida Santos dizia:

«Quanto à última frase — a sociedade sem classes — não é talvez uma linguagem que nós prezemos tanto como, por exemplo, o Partido Comunista, mas é uma realidade que prezamos. Nós queremos que a Constituição continue a dizer que Portugal é uma República empenhada numa sociedade sem classes. É uma meta. Desejariamos poder atingi-la o mais depressa possível, porque uma sociedade sem classes é verdadeiramente a sociedade que concebemos como a sociedade do nosso socialismo, em que todos somos livres e em que todos temos iguais oportunidades».

Talvez por isso, por o desejarem «o mais depressa possível» é que a direcção do Partido Socialista acordou com a «AD» o que devia ser revisto na Constituição e que à direita portuguesa interessava particularmente como seja o caso do Tribunal Constitucional que para além de ser constituído por juizes que a direita não terá dificuldades em eleger, terá uma duração de seis anos — ou seja, a «AD» mesmo que não seja Governo pode prolongar o seu poder de decisão.

«... se eu fosse socialista...»

Estava em discussão o artigo 2.º. O Partido Socialista concordando embora com a alteração da epígrafe do artigo — em vez de Estado democrático passará a ser Estado de Direito democrático — opunha-se a que fosse eliminada a expressão «que tem por objectivo assegurar a transição para o socialismo».

Contudo, este mesmo partido, juntamente com a UEDS e a ASDI propunha — o que veio a ser aceite — que a expressão final do referido artigo 2.º que refere a «declaração de condições para o exercício democrático do poder pelas classes trabalhadoras», fosse substituído pela expressão «realização da democracia económica, social e cultural e a aprofundamento da democracia participativa».

A «AD» não tinha — e era visível — possibilidade de fazer vingar o seu desejo de suprimir a expressão referente à «transição para o socialismo». Mas a própria «AD» permitiu-se chamar a atenção para a incoerência do PS. Pela voz do deputado Costa Andrade, do PPD, que afirmou:

«Francamente, se eu fosse socialista, no sentido em que a expressão aqui assume, senti-me-la um pouco comprometido com o chamar socialismo a este tipo de Estado de Direito que tanto impõe ou manda caminhar no sentido do socialismo, como em sentido contrário...»

«Em si, este preceito sofre desta contradição interna. Como tal há que o assumir — mais aos socialistas do que aos outros caberá a resposta. Será que eles ficam, apesar de tudo, satisfeitos, em ter este, digamos, 'guarda-noc-turno' da sua boa consciência por terem cá a expressão 'socialista'?»

Socialismo, sim mas só na Constituição

Rebatendo a argumentação das bancadas da direita o depu-

tado Almeida Santos teve, a dada altura a coragem de afirmar:

«Quando fomos Governo e o meu camarada Mário Soares, na qualidade de primeiro-ministro, teve a coragem de julgar e foi, mais patriótica, de ter feito alguma marcha atrás no ritmo com que na altura se caminhava para determinadas soluções socialistas, por razões puramente conjunturais, foi acusado de ter metido o socialismo na gaveta. «Não queremos ser acusados, também, de termos tirado o socialismo da Constituição».

Como estamos longe dos nossos programas

A discussão girando em torno do tema atrás referido continuou. Sousa Tavares, do PPD, referiu mesmo que o seu partido não se escandaliza com a palavra socialismo.

E explicou melhor: «O que o Partido Socialista, corajosamente, fez em Portugal o seu Bad-Godesberg — talvez a partir de há três ou quatro anos, a partir de um opúsculo chamado, salvo erro, «Portugal para os anos oitenta» — e adoptou nitidamente a linha daquilo a que se passou a chamar socialismo democrático, aproximou-se nitida e doutrinariamente da social-democracia, podendo nós encontrar de certa maneira, linhas identificadoras desse socialismo que é actualmente o socialismo do Partido Socialista; pelo menos é assim sob o ponto de vista programático, com linhas que são, igualmente,

programáticas do nosso partido».

Almeida Santos rebateu: «... o socialismo que nós temos no Portugal para os anos oitenta» ou no «programa para os anos oitenta», é apenas uma explicitação do socialismo que temos no nosso programa. É no fundo, aquilo que sempre entendemos, embora por vezes tenhamos visto deturpadas algumas menções do nosso programa. «Mas se invoca o nosso programa, então não me privar de invocar o vosso que, creia, tem mais referências ao socialismo — já as contem — do que o nosso programa. «Um pouco porque é mais extenso, um pouco, talvez, porque é menos socialista e precisa de afirmar mais vezes aquilo que porventura, em relação a vós era colocado em dúvida, o que não é o nosso caso».

Sousa Tavares voltou a carga para afirmar: «Sr. deputado, pretendia apenas dizer que, de facto, a diferença que vai do 'programa para os anos oitenta' ao nosso programa partidário é muito grande. É tão grande como a que vai do programa do Partido Social-Democrata à sua praxis política!»

Burburinho entre a bancada do PSD que não aceitou as declarações do seu dirigente. Há verdades que não podem ser ditas pela direita principalmente quando o são com ar de gozo, como o fez Sousa Tavares. O burburinho manteve-se. A sessão viria a ser suspensa durante mais de meia hora. A fúria entre as bancadas do PPD era enorme.

visão da FRS (PS)» a jornalista acrescenta:

«Em termos qualitativos é, por outro lado, difícil de dizer que o Partido Socialista tenha sabido explorar integralmente o seu papel de «charneira» desta revisão. Até porque o perigo do seu bloqueamento transformou-se-lhe em bomba-relógio. Às vezes bem colocada pela AD.»

Mesmo assim não se mostra muito satisfeita. Convinceda de que a «AD» não beneficiou o suficiente, termina deste modo:

«A primeira conclusão a tirar — quando ainda ecoam em São Bento os discursos da revisão — é a de que só a prática será a prova real de quem venceu; de quem beneficiará com o novo texto da Constituição; mesmo, das reais alterações introduzidas no seu texto».

A expressão de agrado dos deputados

O jornalista do «Correio da Manhã» que fez o relato da última sessão da AR, em que a «revisão chegou à meta depois de "sprint" final», escreve o seguinte:

«A entrada para a sessão plenária de ontem, cerca das 17 horas, era visível a expressão de agrado nas faces dos deputados que, como Almeida Santos (PS), Luís Beirão (CDS) ou Sousa Tavares (PSD), mais se empenharam na elaboração de um consenso que permitisse alcançar a necessária maioria de dois terços para a votação das matérias pendentes.»

É o suficiente. Outros órgãos de comunicação social conhecidos com a direita poderiam ainda ser citados, mas é irrelevante. A amostragem é concluinte: a direita, satisfeita embora, queria mais. Alguns falam já da próxima revisão...

O militante **UM IMPORTANTE ARTIGO NO NÚMERO DE AGOSTO**

O balanço da revisão constitucional que o PS/Mário Soares ofereceu à «AD»

O próximo número de «O Militante», boletim de organização do PCP, incluirá um artigo sobre o que foi a revisão «AD»-PS/Mário Soares da Constituição da República. Um balanço das alterações aprovadas, na sequência do escandaloso acordo, ali é feito. Pela importância de que se reveste recomendamos a leitura desse texto do qual transcrevemos hoje a parte respeitante à redução dos poderes do Presidente da República em relação ao Governo. Os subtítulos são da nossa responsabilidade.

A drástica redução dos poderes do PR em relação ao Governo é outra das graves consequências da revisão decorrente do acordo «AD»-PS/Mário Soares. Surda pela opinião democrática (incluindo vastos sectores do próprio PS) e em violação flagrante dos compromissos que assumiu com o general Ramalho Eanes antes das legislativas de 1980, a direcção do PS conformou a eliminação da actual forma de responsabilidade do Governo perante o PR, após ter oscilado várias vezes de posição ao longo dos meses em que decorreu o processo de revisão.

Na verdade, o projecto de revisão constitucional da FRS, tal como o da «AD», suprimia pura e simplesmente a responsabilidade do Governo perante o PR.

Falando a propósito, em 26 de Novembro de 1981, em reunião da Comissão Eventual da Revisão Constitucional, um destacado porta-voz do PS afirmava frontalmente: «Optámos por eliminar o princípio da dupla responsabilidade». Alegava o mesmo porta-voz que, não sendo o poder de decisão um poder característico do semi-presidencialismo, o PS resolvera sacrificá-lo em benefício de um poder mais característico; o poder de livre dissolução. Mas meses depois, a 26 de Março, realizou-se a entrevista da direcção do PS com o Presidente da República, sucedendo-se após essa data declarações de dirigentes do PS no sentido da firme fidelidade ao acordo firmado entre o PS e o General Eanes e garantindo que o PS não permitiria a redução dos poderes presidenciais ou sequer a consagração de uma maneira completamente diferente de abordar a questão da dupla responsabilidade.

O que se disse... e o que se fez

Logo em 31 de Março, um elemento destacado da Comissão Permanente do PS declarava à imprensa: «O PS defende a dupla responsabilidade política do Governo perante a Assembleia e o PR». No dia seguinte, o «Portugal Hoje» asseverava: «A manutenção no texto constitucional da dupla responsabilidade do Governo perante o PR e a AR parece ser um dado adquirido». Num sentido semelhante se pronunciou o próprio Secretário-Geral do PS, a 13 de Abril, na mesa redonda dos quatro líderes na TV, afir-

mando: «Eu aqui na televisão, muito antes disso (referia-se ao encontro com o PR), eu disse que defendia o ponto fundamental do conteúdo semi-presidencialista que estava no Presidente da República poder demitir o Governo».

Só que dias depois era outra coisa completamente diferente que saía do acordo «AD»-PS firmado na cimeira de S. Bento de 29 de Abril... Actualmente, a Constituição da República estabelece no artigo 193.º que o Governo é politicamente responsável perante o PR e a AR. Na sequência do acordo «AD»-PS/Mário Soares, é eliminada a referência à responsabilidade política do Governo perante o PR, ao mesmo tempo que a responsabilidade do Primeiro-Ministro perante o Presidente da República deixa de ser qualificada de política, quando o é agora no texto constitucional, enquanto que a responsabilidade do Primeiro-Ministro perante a AR passa a ser qualificada de «política» (artigo 194.º), quando o não é agora no texto da Constituição.

Com razão se pode, pois, perguntar qual passa a ser o conteúdo da responsabilidade do Governo perante o PR, quais os seus traços característicos. Ao informar a Comissão Eventual para a Revisão Constitucional da combinação feita entre o PS e a «AD» para a nova redacção do artigo 193.º, o dirigente do PS Almeida Santos afirmou, a propósito da eliminação do adjectivo político: «Aceitámos a retirada num conjunto de soluções que tem o seu equilíbrio». E acrescentou: «Em sede de organização política do Estado não há outra responsabilidade que não seja política». Mas o CDS, logo de seguida, replicou, pela voz de Luís Beirão: «A lógica desta proposta é a de uma distinção entre responsabilidade política e institucional», posto o que Almeida Santos rematou: «Cada um tem a sua interpretação».

Não é por acaso que a «AD» cantou vitória

Os debates em plenário não alteraram esta situação, apesar da firme exigência de clarificação feita pelo PCP. A Assembleia da República acabou por votar uma alteração em relação à qual os negociadores do acordo «AD»-PS fingem que não se entendem, interpretando-a de forma diferente. Só que não é por acaso que a «AD» can-

to vitória com a solução alcançada! Ela conjugou-se com a nova redacção dada ao artigo 198.º n.º 2 e com o esclarecimento resultante da alínea c) do artigo 204.º. A primeira alteração reduz praticamente a nada o poder presidencial de demissão do Governo, cujo exercício só é admitido nas condições de uma crise institucional condicionada à publicação de parecer de um Conselho de Estado de composição largamente favorável à «AD» e fortemente adversa ao actual PR. Por sua vez, com a redacção da alínea c) do artigo 204.º pretende-se significar que o Presidente da República não tem poder moderador sobre o Governo, competindo apenas ao Primeiro-Ministro manter o PR informado acerca dos assuntos respeitantes à política interna e externa do país.

Viabilizar o plano subversivo da «AD»

Todas estas alterações representam um passo sério no sentido da governamentalização do regime, criando um estatuto verdadeiramente anómalo, em que o Governo fica dispensado de ter a confiança do PR, bastando-lhe continuar a não ter a desconfiança da Assembleia da República. Ao spot-se consequentemente à desnaturalização do conteúdo semi-presidencialista do regime, o PCP sublinhou duas questões fundamentais. Em primeiro lugar, o arranjo acordado entre a «AD» e o PS para o sistema de Governo tem em vista uma directa expropriação de poderes fundamentais do PR e reveste a agravante de ser operado através de um artifício de linguagem que aumenta o seu carácter acintosos para a entidade visada, o General Ramalho Eanes.

Em segundo lugar, em nome de se impedir uma concentração de poderes no órgão de soberania Presidente da República, concede-se ao órgão de soberania Governo um estatuto de excepção que lhe permite generalizar-se contra uma generalizada oposição do país e até contra uma maioria da Assembleia da República, desde que não seja a maioria absoluta. Tal solução reveste-se de carácter particularmente grave quando o Governo é ocupado por forças que estão empenhadas numa grande operação contra o regime democrático e que não hesitarão em servir-se da alteração do estatuto do Governo para tentarem manter-se indefinidamente no poder, afiançando-o cada vez mais aos seus interesses. Solução grave ainda porquanto, em geral, a eliminação de vias constitucionais para pôr em causa os governos não redundará em benefício da democracia, adensando e agravando, muito pelo contrário, os perigos que contra ela se levantam. Ao recusar-se a manter, sem softwares e na sua plena eficácia, o princípio da dupla responsabilidade, a direcção do PS viabilizou a realização de um dos mais perigosos objectivos do plano subversivo da «AD».

O que disseram alguns jornais ao terminar a revisão constitucional

Diz-me como reagiu a imprensa de direita e dir-te-ei como foi feita e a quem serviu a revisão constitucional... Poderá começar assim este artigo que se propõe fazer um balanço do que em certa imprensa portuguesa foi dito sobre a revisão que na semana passada terminou e que será votada na próxima semana. Mais concretamente nos dias 12 e 13 de Agosto, quinta e sexta-feira respectivamente. Se fôramos supersticiosos poderíamos dizer: que dia aziago para votar a revisão da Constituição, sexta-feira, dia 13.

Como não o somos começemos por essa espectro da imprensa hebdomadária que dá pelo nome de «o diabo», pasquinária folha que pelos vistos é subsidiada pelo Governo «AD». Só assim — à laia de subsidiado — se compreende que o Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, organismo dependente do Ministério dos Assuntos Sociais, ocupe dez (10) páginas daquele pasquim com a publicação da conta global da Segurança Social no ano transacto. Deste modo se compreende como certos jornais se mantêm.

Mas voltemos à prosa de «o diabo». Na última edição, num artigo intitulado «A lei e a força» se faz a crónica das últimas sessões da AR e se manifesta toda uma desilusão. «O diabo» não ficou satisfeito. Quereria mais. Certamente a Constituição de 1933.

E o artigo termina deste modo: «... a AD conseguiu tornar mais equívoca a Constituição Económica (o que não equivale a tê-la liberalizado), reforçar a componente parlamentar, mas deixou um ou dois princípios irrevistos, para mais tarde poder existir um bode expiatório para futuros fracassos».

«Tudo ficou na Constituição, ou nada, conforme as opiniões mais radicais. Resta agora saber se alguém preferirá a força à última prova dos nove da legalidade».

Esperemos pela próxima

E passemos a «O Dia». A edição de dia 30 de Julho insere a manchete na primeira página a dizer a toda a largura: «Terminou a Revisão Constitucional». O texto que acompanha o título refere a dado momento que «o CDS viu até cumprido o seu desejo de ver inscrito o nome «Conselho de Estado», como designação do órgão consultivo do Presidente da República. Belém perdia os poderes que pretendia, o PC também socorbrara na batalha, mas a Constituição revista continua a ostentar, nos princípios fundamentais, algo emblematicamente, que Portugal é uma «República soberana» em trânsito para a «sociedade sem classes», e com nacionalizações Irreversíveis... Ficamos então com uma lei fundamental mergulhada em contradições, embora se sintam melhorias locais. Paradoxos que Abril teceu...».

Mas no interior do jornal o articulista não é tão optimista. E escreve: «Ficamos com uma Lei espelhada de contradições que acaba por revelar bem o que a classe política pensa do futuro do País. Mesmo os mais ousados temem mexer pouco; os outros, querem que algo mude para que tudo fique na mesma».

Esta ainda não nos satisfaz

Cabe a vez do semanário «Tempo», de 29 de Julho. Editorial de Nuno Rocha. O tema de fundo é a extinção do Conselho da Revolução.

N.R. dedica a esse assunto vasta prosa. Afirma mesmo, com o desembaraço com que escreve as maiores calinadas, que «o Conselho da Revolução não nos deve quaisquer saudades e não lhe reconhecemos o direito a quaisquer homenagens».

E depois, já a terminar, N.R. lança-se sobre a revisão constitucional. E peremptório. Vale a pena transcrever:

«Esta Constituição ainda nos não satisfaz. Entendemos que se perdeu a oportunidade de produzir uma Constituição moderna — presidencialista ou parlamentarista. Tal como está organizada, vai ainda prestar-se a muitas dúvidas e confusões. O Presidente da República, para já, tem razão ao querer saber o que é a «responsabilidade institucional» que o futuro Governo fica a dever-lhe. Também nós não sabemos o que é e os constitucionais parece que também não... A Constituição está assim ainda prenhe de hesitações e ambigüidades».

No entanto, permite já, se todos tiveram boa-fé, a procura do progresso e do desenvolvimento. O Governo deve ir redigindo uma nova Lei de Sectores. Sem uma economia forte e de índole claramente capitalista (respeitando o âmbito da social-democracia que está subjacente ao programa do PSD, partido maioritário dentro da Aliança Democrática) os portugueses não deixarão de viver na miséria. Até agora, o Conselho da Revolução, impediu que nos desenvolvessemos. A partir de agora, toda a responsabilidade recalará, apenas, em cada um de nós, o que significa que devemos exigir do Governo que governe, sem mais delongas».

Quem ganhou?

De «Tempo» de N.R. passemos a «a tarde» onde outro N.R. na edição de 30 de Julho escreve ainda pior que o primeiro. O que é difícil. Talvez seja o mérito deste N.R.

O jornal neste dia não toma opinião. Nada. Apenas se fica a saber que a revisão constitucional terminou pela chamada de primeira página. No interior, a crónica assinada por N.R. e intitulada «Missão est» é incompreensível. Pretensamente literária, não informa. Só na edição de segunda-feira, 2 de Agosto, «a tarde» faz um balanço da revisão. Artigo assinado por Teresa Gonçalves. Que a terminar pergunta:

«Quem ganhou e quem perdeu, com esta revisão?». Para logo responder: «Antes do teste da prática, é arriscado tentar nesta ou naquela resposta».

Depois de recordar que «em termos quantitativos a resposta torna-se relativamente fácil» pois «cerca de 80% das alterações consagradas saem direitinhas do Projecto de Re-

O tempo de debate dos partidos

Dia 28 de Julho. Penúltimo dia dos trabalhos da Assembleia da República relativamente à revisão constitucional. Pelas 11 horas e trinta daquele dia surge a informação relativamente aos tempos ainda disponíveis de cada partido para utilizarem no debate. Transcrevemos a seguir os minutos que cada bancada possuía e que alguns não chegaram a utilizar: PSD — 602; PS — 430; CDS — 506; PCP — 39; PPM — 126; ASDI — 48; UEDS — 80; MDP — 37; UDP — 34.

A disparidade é flagrante. A direita estava tão segura do acordo feito com o Partido Socialista que nem necessitava de utilizar o seu tempo para discutir ou fazer declarações de voto. Chega-se ao ponto de o PPM, apenas com 6 deputados, ter três vezes mais tempo que o PCP. O CDS que poucos mais deputados tem que o PCP dispunha naquela altura de doze vezes mais tempo que o Partido Comunista.

Em contrapartida o PS dispunha de muito menos tempo que o CDS — embora esteja representado por mais 20 deputados do que aquele — o que não admira pois se encarregou da defesa de alterações à Constituição que só à direita interessavam.

É uma leitura interessante esta dos tempos que sobravam a cada partido quando estava prestes a terminar os trabalhos da revisão constitucional.

OBRAS ESCOLHIDAS DE MARX/ENGELS
OBRAS ESCOLHIDAS DE LÊNINE



Obras fundamentais dos fundadores do socialismo científico em 6 volumes. Publicados já os 3 volumes de Lênine. Acaba de sair o 1.º volume de Marx/Engels. Finalmente a tradução portuguesa rigorosa dos principais textos de Marx, Engels e Lênine

edições **Avante!** e Editorial Progresso

UMA NOVA EDIÇÃO DE



edições **Avante!** Soeiro Pereira Gomes

PCP

Uma festa um abraço

Tempo de férias, tempo de grande animação em muitas cidades, vilas e aldeias do litoral e do interior. Tempo propício para um encontro de fraternidade entre milhares de portugueses: habitantes das localidades, forasteiros que vão gozar as suas merecidas férias, com-patriotas emigrados.

Tempo de Verão, tempo para um abraço. E um abraço até se torna mais vibrante se for em festa, em convívio aberto, alargado.

Os comunistas apostam neste abraço. E a amizade,



a luta, o convívio, a aproximação estão onde estiverem os democratas, os trabalhadores.

As festas promovidas nesta altura por iniciativa dos comunistas têm esse significado e esse objectivo e até Setembro elas vão continuar com forte entusiasmo e combatividade, sentimentos que, aliás, estiveram bem patentes, no passado fim-de-semana, na Figueira da Foz ("Férias 82"), em Faro (Festa da Amizade), em Pinhal Novo (Festa Amiga), em Valverde (Festa da Amizade), em Ermidas Sado (Festa da Unidade), em Grandola (Festa da Fraternidade), etc.

FESTAS DO PCP, FESTAS DO POVO



«Férias 82» na Figueira da Foz

Uma bela jornada de convívio popular

No passado fim-de-semana a centenária cidade da Figueira da Foz viveu mais uma edição da Festa "Férias", iniciativa aberta à participação popular organizada pela Comissão Concelhia do Partido. Muita gente, figueirense e forasteiros a gozar as merecidas férias de Verão, ocorreu ao mais importante acontecimento político-cultural do Baixo Mondego. O rock, a música popular portuguesa com artistas profissionais e amadores, as manifestações culturais, as tradições regionais, os petis-

mos o problema desde há um ano, estivemos aqui nas cerimónias oficiais. Em termos de participação activa das populações e das estruturas e actividades de carácter popular e cultural, as comemorações têm sido um fiasco, cuja responsabilidade, a nosso ver, cabe principalmente à Câmara Municipal que monopolizou e centralizou demasiado um acontecimento que devia ganhar toda a população. Em termos de obras que correspondam a reais melhorias nos serviços à população, nas suas con-

dições de vida, as iniciativas foram muito pobres. O Governo "AD" limitou-se a explorar politicamente a inauguração da nova ponte que nem sequer é obra da sua iniciativa. E mais adiante: "A Figueira da Foz ficou realmente a dispor de uma bela ponte, obra verdadeiramente monumental, sendo de esperar que os acessos que estão por completar não levem tanto ou mais tempo a construir como o que levou a ponte. "A ponte nova era necessária,

com o seu agravamento em muitos aspectos", salientou Jaime Serra, que diria ainda a este propósito: "Há uma série de empresas em crise, algumas à beira da falência, salários em atraso, generalização dos contratos a prazo, aumento do desemprego, maior arrogância do patronato e perseguições aos trabalhadores mais destacados nas lutas reivindicativas, com crescente cobertura do ministro do Trabalho e do Governo "AD".

O dirigente comunista referiu em seguida a situação das empresas Avigado, Geal, Vidreira da Fontela e Foz Nave e também da agricultura do Baixo Mondego, que "sofre todos os malefícios da política do Governo "AD", assistindo-se mesmo à liquidação de algumas regalias e conquistas dos agricultores, tais como o subsídio do gasóleo, havendo já ameaça da liquidação do subsídio do leite". Na análise à situação política nacional, Jaime Serra deve-se particularmente na revisão constitucional da Constituição, na força do movimento popular de massas, nas posições do CR e do PR e na situação do PS.

No fim da sua intervenção, afirmou: "O povo português, os interesses da Nação portuguesa, a defesa de Abril exigem a expulsão da "AD" do Poder! O PCP, pelo seu lado, continuará a lutar incansavelmente para conseguir este objectivo."

Festa da Amizade, em Faro

Novo êxito!

A terceira edição da Festa da Amizade realizou-se no passado fim-de-semana na cidade de Faro, por iniciativa da Comissão Concelhia do PCP.

Tal como nos anos anteriores, a festa foi um êxito, constituindo um espaço de convívio e diálogo fraterno, contando com a participação da população de Faro e de muitos forasteiros que estão a passar férias na região do Algarve.

No encerramento da festa, interveio um representante da Comissão Concelhia de Faro que salientou, entre outros aspectos, o êxito da recente campanha de recrutamento no concelho e as próximas batalhas políticas, das quais destacou as eleições autárquicas, nas quais a APU se apresenta no concelho de Faro como a única alternativa à gestão actual da AD, corrupta, incompetente e de desprezo pelos interesses da população e da gestão do PS no mandato anterior.

Por último, falou o camarada Blanqui Teixeira, que se referiu à actual situação política e às tarefas que se colocam ao Partido e a todos os democratas. Depois de afirmar que com a actual revisão da Constituição "se avolumam sérios perigos para a democracia portuguesa", acrescentou que, com tal revisão, "não pode haver dúvidas de que as forças da reacção disporão de novas posições e meios para atacarem as conquistas populares, a democracia, o Portugal de Abril. Trata-se para a reacção de recuperar o que perdeu quando, em 7 de Dezembro de 80, não conseguiu impor o seu candidato a PR, o general fascista Soares Carneiro.

Todos estão lembrados que já então o secretário-geral do PS, Mário Soares, se afastou da ampla convergência democrática que derrotou a AD. Agora, mais uma vez, e de forma profundamente chocante, M. Soa-

res, Almeida Santos, Jaime Gama e outros dirigentes do PS, colocam este partido como aliado da reacção - salientou Blanqui Teixeira.

Mais adiante declarou: "É verdade que o PS pôs o socialismo na gaveta (pode bem afirmar-se que nunca considerou o socialismo fora da gaveta). Mas agora, o que o PS pôs na gaveta foi a própria democracia e a revolução de Abril".

"Apesar desta nova e perigosa situação, é possível derrotar a reacção e salvar a democracia", garantiu o dirigente comunista.

Depois de se referir às lutas de massas que se têm travado, entre as quais citou a greve da hotelaria no Algarve, acrescentou: "Novas vezes se levantam,

cidade evidente deste governo, do seu completo desgoverno, que se tem assistido a grandes dissensões dentro da própria "AD" e dos partidos que a compõem, dificuldades que põem a nu a sua fragilidade, a possibilidade de ser derrotada por uma unidade ampla e decidida dos democratas, de todos os que têm defendido e continuam a defender o Portugal de Abril".

Após salientar a importância do reforço da unidade e da combatividade dos trabalhadores e das outras camadas e sectores antimonopolistas, referiu-se às últimas tomadas de posição dos militares contra os perigos existentes, afirmando que os militares "levantam o seu protesto contra uma revisão que não só se volta contra a revolução que

Intervenção de Jaime Serra

cos, as actividades desportivas e recreativas - enfim, todos os "ingredientes" das grandes festas populares proporcionaram uma bela Festa, em três dias de convívio aberto e franco.

No comício da Festa falou o camarada Jaime Serra, membro da Comissão Política do Comité Central do PCP, que diria a dado passo, referindo-se a questões da localidade:

"A Figueira da Foz comemora este ano o centenário da sua elevação a cidade. Acompanhá-

mos o problema desde há um ano, estivemos aqui nas cerimónias oficiais. Em termos de participação activa das populações e das estruturas e actividades de carácter popular e cultural, as comemorações têm sido um fiasco, cuja responsabilidade, a nosso ver, cabe principalmente à Câmara Municipal que monopolizou e centralizou demasiado um acontecimento que devia ganhar toda a população. Em termos de obras que correspondam a reais melhorias nos serviços à população, nas suas con-

dições de vida, as iniciativas foram muito pobres. O Governo "AD" limitou-se a explorar politicamente a inauguração da nova ponte que nem sequer é obra da sua iniciativa.

E mais adiante: "A Figueira da Foz ficou realmente a dispor de uma bela ponte, obra verdadeiramente monumental, sendo de esperar que os acessos que estão por completar não levem tanto ou mais tempo a construir como o que levou a ponte. "A ponte nova era necessária,

Sines

Festa da Terra e do Mar amanhã, sábado e domingo

Os comunistas de Sines promovem no fim-de-semana que agora se avizinha a Festa da Terra e do Mar, iniciativa de convívio popular que decorrerá a partir de amanhã, no castelo da bela vila piscatória.

Do programa elaborado e preparado com muito entusiasmo pela comissão organizadora da Festa, destacamos:

Amanhã, sexta-feira - 20 horas, abertura, com a presença do camarada Joaquim Gomes, membro do Secretariado e da Comissão Política do Comité Central; 21.00 - festival rock com o conhecido agrupamento UHF.

Sábado, dia 7 - 10.00, venda de produtos da Reforma Agrária; 13.00, almoço-convívio (borrego com batatas e ervilhas); 18.00, colóquio-debate com o deputado comunista Vital Moreira, sobre a Constituição; 20.00, actuação do Rancho Folclórico "5 Estrelas de Abril"; 22.00, entrega dos prémios dos torneios desportivos da Festa do "Avante!" e demonstração do Jogo do Pau; 23.00, grande noite do fado com amadores.

Domingo, dia 8 - 10.00, reabertura e venda de produtos da Reforma Agrária; 13.00, almoço-convívio (caldeirada à moda de Sines,

autêntico petisco, desde já recomendado...); 15.00, espectáculo infantil com a participação de jovens artistas do Grupo Amador de Teatro de Sines; 17.00, colóquio-debate sobre a poluição, com Veríssimo Neves Dias, da Comissão de Luta de Sines; 18.00, colóquio-debate com o economista e deputado Octávio Teixeira (em foco questões económicas); 19.00, grande comício com Octávio Pato, membro do Secretariado e da Comissão Política do Comité Central; a seguir, actuações dos grupos corais das Casas do Povo de Cuba e de Cercal do Alentejo; 21.00, exibição dum filme sobre Sines e outro sobre a Festa do "Avante!"; 22.00, espectáculo de encerramento da Festa da Terra e do Mar com José Viana e Dora Leal, acompanhados de Lia Sena e Carlos Miguel.

Além da 5.ª Feira do Livro de Sines e de um completo serviço de bar e restaurante, a Festa incluirá uma mostra

de artesanato regional (os mais novos terão especial curiosidade no velho tear que será posto em funcionamento), uma apresentação de variados chás (compostos a partir de ervas locais) e um conjunto de exposições,

nomeadamente sobre autárquias e sobre o trabalho do caricaturista Martins (certas que estiveram na Festa do "Avante!"), mulheres, pescas e poluição e ainda exposições da responsabilidade das células da CNP,

EPSP e Equimetal e dos núcleos das Associações Portuguesa-URSS e Portuguesa-Cabo Verde. No próximo fim-de-semana, Sines será uma vila diferente, neste Verão de 1982. Passa por lá, amigo!



NO PRÓXIMO FIM-DE-SEMANA

Esmoriz

Festa de Verão

Por iniciativa da Comissão de Freguesia do PCP, realiza-se no sábado e no domingo a terceira edição da Festa de Verão de Esmoriz (distrito de Aveiro).

A organização informa-nos que do programa fazem parte as seguintes iniciativas:

Sábado - a partir das 21 horas, baile popular com o conjunto típico "Conchas da Costa Verde".

Domingo - com início às 15 horas, actuações do Rancho Infantil "As Morgadinhas de Paramos" e do Rancho "Violetas de Gandufe" (S. João de Ver). Haverá ainda

sessão de Canto Livre e intervenção pelo camarada Jaime Serra, membro da Comissão Política do Comité Central do PCP.

A Festa de Esmoriz - onde não vai faltar um apropriado serviço de bar - decorrerá num recinto junto à Guarda Florestal.

Portimão

Festa de Agosto

A Comissão Concelhia de Portimão do PCP leva a efeito no próximo fim-de-semana a Festa de Agosto, que decorrerá a partir de amanhã no largo da feira daquela cidade.

Entre outros artistas, a Festa, que se prolongará até domingo, conta com a parti-

cipação de Carlos Mendes, Carlos do Carmo, conjunto de Pedro Osório, Helena Isabel, Nuno Gomes dos Santos, Grupo "Novo Rumo" e o "Fado de Abril".

Nas três noites da Festa haverá baile com música variada do conjunto Pop's 71.

E atenção às exposições, à presença do livro e do disco, à doçaria regional e aos produtos da Reforma Agrária.

No comício da Festa intervirá Carlos Brito, presidente do Grupo Parlamentar do PCP e membro da Comissão Política do Comité Central.

Carregueira (Chamusca)

Começa amanhã a II Festa Popular da Carregueira (Chamusca) iniciativa organizada pelos comunistas da localidade e que se prolongará até domingo.

Do vasto programa, salientamos: Amanhã - 20 horas, abertura e baile com o conjunto "Nova Experiência".

Sábado - 17 horas, actividades desportivas e jogos populares tradicionais (destaque para o chinquilhão); 22 horas, baile; 24 horas, actuação do fadista Fernando Farinha.

Domingo - almoço-convívio; 17.30, Canto Livre com o grupo "Jornada"; 18.30, actuação do Rancho Infantil da Carregueira; 19 horas, música com a Banda Vitória; 20 horas, intervenção política pelo camarada Ruben de Carvalho, do Comité Central e chefe de redacção do "Avante!"; 21.30, Canto Livre e encerramento com o grupo folclórico "Os Camponeses da Carregueira".

Casebres

Festa da Alegria

Sábado e domingo, a alegria será tema de festa popular em Casebres, concelho de Alcácer do Sal. Dois dias para um convívio com muitas iniciativas, especialmente no plano musical, cultural e recreativo.

No sábado, às 20 e 30, haverá um espectáculo especial com a participação dos conhecidos artistas José Viana e Dora Leal.

Diplomas-recordação

À atenção dos premiados

Os camaradas e amigos que foram premiados no sorteio dos diplomas-recordação da campanha para o novo Centro de Trabalho do Barreiro e que ainda

não levantaram os prémios a que têm direito podem reclamá-los até ao próximo dia 31, com a apresentação dos respectivos talões premiados.

O prazo inicial para a entrega dos prémios já terminara, mas a Comissão Pró-Centro decidiu agora prolongá-lo até dia 31, como referimos.

Juventude

Acampamentos da Juventude

Caparica, Furadouro, Gaia Serra da Estrela e Vilar de Mouros

Sob o lema "Pela Paz e a Amizade", a Juventude Comunista Portuguesa (JCP) promove em diversos pontos do País acampamentos abertos a todos os jovens interessados. Três destes acampamentos estão já a funcionar: em S. João da Caparica (concelho de Almada), na praia do Furadouro (perto de Ovar) e em Vila Nova de Gaia (Porto). Brevemente abrirão os da Serra da Estrela (Valé do Rossim) e de Vilar de Mouros (Minho).

O 4.º acampamento de S. João da Caparica, que está instalado junto do campo de futebol da Trafaria, funcionará até ao próximo dia 22, es-

tando prevista para o próximo fim-de-semana uma jornada dedicada à paz mundial, com intervenções de jovens estrangeiros que estão a participar na iniciativa, actuações de grupos musicais e uma Corrida e Marcha da Paz.

O acampamento de Gaia termina no próximo domingo e o do Furadouro decorre até dia 15 deste mês, enquanto o de Vilar de Mouros abre dia 14, prolongando-se até dia 28. Também no dia 14 começará o acampamento no Vale do Rossim, a prazo, terminando no dia 22. Todos estes acampamentos têm diversificados pro-

gramas de âmbito cultural, desportivo e recreativo, proporcionando óptimos dias de convívio a centenas de jo-

vens. Os interessados que ainda não se inscreveram devem contactar as sedes da JCP nas respectivas re-



giões. Recorde-se que os acampamentos organizados pelos jovens comunistas integram todas as estruturas básicas de apoio aos campistas (armazéns com géneros de primeira necessidade, restaurantes e bares, serviços de correio e recepção, enfermarias, etc.). As «texas» de inscrição são realmente convidativas. Tudo se conjuga, pois, para umas férias bem passadas e muito económicas!

Trabalhadores



SUMÁRIO DAS LUTAS

• **Livraria Bertrand** – Segundo comunicado distribuído pela Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio e Serviços, o plano de reestruturação da Livraria Bertrand, apresentado recentemente pela administração da empresa às organizações representativas dos trabalhadores, é inaceitável. O pagamento dos salários é preterido nesse «memorial», como lhe chama a administração Buihosa, mas que os trabalhadores consideram um «plano de liquidação». Os 700 postos de trabalho não são garantidos. Parte substancial do património da empresa seria vendido principalmente para pagar dívidas da firma ao estrangeiro. O «memorial Buihosa», se não fala já hoje «no fecho efectivo da Livraria Bertrand» dizem os trabalhadores – isso deve-se exclusivamente ao interesse que a administração tem em garantir a recuperação do «seu» capital investido. Para isso necessita de manter ainda alguma coisa da empresa enquanto concretiza o seu plano». E esse plano resume-se, segundo os representantes dos trabalhadores, à liquidação da empresa. Numa primeira fase, que o «memorial» já aponta trata-se de vender as instalações da Venda Nova e da Amadora, «mandando-se centenas de trabalhadores para casa com garantia de «salário» garantia que nem mesmo os que continuam no seu posto de trabalho têm». Dizendo não ao «memorial-burla» e sim à «defesa dos postos de trabalho» os trabalhadores da Livraria Bertrand reafirmam que «já aprovaram as medidas que consideram necessárias à viabilização da empresa», que o «memorial» contraria frontal-

mente. Exigem nomeadamente novos investimentos dos accionistas, um contrato de viabilização com a banca e, «eventualmente, a alienação de algum património (e nunca a sua grande parte) considerado não essencial para o normal e eficaz funcionamento da empresa».

• **BIS** – Num comunicado recente sob o título «Trabalhador da BIS levanta-te contra a prepotência e a repressão fascista do patronato e da administração», a célula do Partido naque-la empresa da Amadora dá conta do «froz ambiente de terror e de repressão» existente na fábrica com «o objectivo de amentar ainda mais a exploração dos trabalhadores». Verificando a degradação das condições de trabalho, a célula afirma que a higiene e segurança não existem: «o leite foi retirado ilegalmente; veja-se o estado dos sanitários e do refeitório; as intoxicações são frequentes; a obrigatoriedade da colocação de exaustores na sala das matérias-primas e nos misturadoras internos nunca foi cumprida, e até os portões da fábrica já foram fechados; a água, necessária e imprescindível, é cortada por ordem da administração, de manhã e à tarde; a segurança no trabalho praticamente não existe, estando sempre os trabalhadores em perigo de vida; semana a semana verificam-se acidentes». A par disso os «salários são de miséria». E todos os meses, nos salários, «os trocos são roubados», em benefício «não se sabe de quem; as quotizações sindicais descontadas nos salários não são entregues ao sindicato», acusa ainda a célula do PCP na BIS.

Exigido inquérito aos Seguros nacionalizados

«A incompetência e a corrupção na gestão das companhias nacionalizadas constituem um autêntico escândalo, cabendo ao Governo a responsabilidade por esta situação, pois é da sua competência a nomeação dos conselhos de gestão» dessas unidades do sector empresarial do Estado. Perante «um tipo de gestão a frete» que «poderá conduzir as seguradoras nacionalizadas a uma situação próxima da falência», a Organização de Seguros de Lisboa do PCP «exige um inquérito» para apuramento das responsabilidades na sabotagem do sector.

A Organização, depois de se referir à abundante legislação sobre os seguros (nomeadamente, margem de solvabilidade, valorização dos bens patrimoniais e novo projecto para o Instituto dos Seguros de Portugal) assinala, como «verdadeiro escândalo», o anúncio aparecimento da «Associação Portuguesa de Seguros de inspiração partidária», com «carácter corporativo», «sem intuídos lucrativos» e tendo «por objectivo a defesa dos legítimos interesses comuns dos associados».

A Organização de Seguros de Lisboa desmascara a hipocrisia dessas intenções dos próprios gestores dos Seguros nacionalizados, que se associam para benefício do grande capital financeiro, para interesse do qual utilizam as empresas nacionalizadas como se já pertencessem à «privada» e não tivessem que ser geridas de acordo com os interesses nacionais.

Resumimos a seguir alguns aspectos «mercedórios de denúncia e atenta reflexão»:

Planeamentos – Não existem. Dois anos após as fusões, a quase totalidade das empresas seguradoras não sabe qual vai ser a sua vida a curto e a médio prazo. A reestruturação continua por fazer. Também aqui nada se planificou.

Contas – Indiferença total da parte da gestão.

Política de pessoal – É de regra uma política de compadres. Os lugares de destaque são para amigos, familiares, conhecidos ou politicamente recomendados pelo senhor fulano de tal. «Numerosos quadros técnicos» estão na «prateleira» porque ousaram defender ideias progressistas. Desrespeitando a lei, a gestão não informa

INFORMAÇÃO SINDICAL

• **Sindicatos representativos dos trabalhadores da Anop** – Num telex, de que foi dado conhecimento ao Primeiro-Ministro, os Sindicatos dos Jornalistas, Escritórios, Comércio e Serviços, Gráficos e Telecomunicações consideram a extinção da Agência Noticiosa Portuguesa um «monstruoso saneamento político». Exigindo a demissão do secretário de Estado, José Alfaia, os Sindicatos acusaram-no, em 27 de Julho findo, data do telex, de estar «claramente envolvido na criação de uma agência noticiosa privada, de fachada cooperativa».

• **Federação dos Sindicatos da Indústria de Hotelaria e Turismo de Portugal** – Promovendo plênários em todas as empresas da zona Norte, a Federação acusa o patronato de pretender impor a todos os trabalhadores uma «convenção» que assinou com um sindicato paralelo, não representativo. Os trabalhadores «não abdicarão

de nenhum dos seus direitos e ragalias», afirma a Federação.

• **Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio e Serviços** – Com efeitos a partir de 1 de Julho foi assinada em 22 do corrente pelas respectivas comissões negociadoras a revisão salarial (CCT) para o sector de grossistas e importadores de materiais de construção com um aumento de 20 por cento. Segundo o patronato inicialmente prometido nas negociações, dizendo que «só poderia negociar em Agosto. Após contactos, conseguiu-se marcar o início das negociações para 7 de Julho, obtendo-se o acordo final».

• **Federação Portuguesa dos Sindicatos das Indústrias de Celulose, Papel, Gráfica e Imprensa** – Também com retro-actividade a 1 de Julho findo e com aumentos globais da ordem dos 20,2 por cento concluíram-se recentemente as negociações de revisão do CCTV da indústria de fotografia. Segundo

Poder local

Eleitos APU nas autarquias prescindem de abonos e salários em favor das populações

Mais de 2 mil contos estão já centralizados na AECOD-Lisboa e é de crer que tal quantia possa duplicar quando forem recolhidos os dinheiros ainda dispersos por muitas freguesias, postos entretanto à disposição da associação por comunistas e outros democratas eleitos em autarquias do distrito.

Este fundo – apreciável se tivermos em conta que a «Poder Local-Associação dos Eleitos Comunistas e outros Democratas» foi constituída em Fevereiro último – é o produto das senhas de presença devidas a vereadores e membros das Assembleias Municipais, dos subscritos que a lei confere a presidentes e outros membros das Juntas de Freguesia e ainda de parte dos vencimentos de presidentes e vereadores a tempo inteiro de Câmaras Municipais, que deles prescindem segundo o critério base que orienta os comunistas (e outros democratas) eleitos em autarquias: ninguém deve ser financeiramente beneficiado em relação à sua normal actividade profissional pelo facto de ter sido eleito.

Critérios de distribuição rigorosamente apertadários

A Comissão Executiva regional eleita é presidida por Martins Coelho, membro do executivo da DORL e suplente do CC do PCP, e dela fazem também parte Daniel Branco (presidente da Câmara Municipal de V. Franca de Xira), Rui Godinho (membro da Assembleia Municipal de Lisboa), Jaime da Mata (vereador da CM de Sintra), António André (da Assembleia Municipal da Amadora), da DORL e suplente do CC do PCP), António Bogalho e Sebastião Freire (presidentes, respectivamente, da CM de Sobral de Monte Agraço e da Junta de Freguesia de Odivelas).

Em conferência de imprensa promovida na passada segunda-feira, todos sublinharam o critério não-partidário que presi-

dirá à distribuição de verbas, e nesse sentido vai ser enviada a todos os órgãos autárquicos do distrito uma carta, que se propõe seja lida em todas as sessões, convidando autarquias, comissões de moradores e colectividades a fazerem chegar à delegação regional as suas carências e propostas.

Como também foi sublinhado em resposta a uma pergunta de um jornalista, não se trata, evidentemente, dada a relativa modestia de recursos, de estabelecer um «fundo paralelo» ao das Finanças Locais e de tapar os imensos «buracos» orçamentais que numerosas autarquias sofrem em virtude do não cumprimento da Lei e da descentralização orçamental discriminatória que as Câmaras «AD» praticam, nomeadamente em relação a freguesias APU.

Alguns exemplos dados são elucidativos: enquanto que a Junta de Freguesia (CDS) de S. João de Deus a Câmara «AD» de Lisboa acaba de conceder um suplemento orçamental de 5 mil contos, à Junta (APU) da Charneca, a braços com carências gritantes, a Câmara dá 600 contos e afirma que não tem verba para completar os 2 mil contos orçamentados e aprovados, de acordo com os mínimos previstos na lei. A Aqualva-Cacém é a Câmara «AD» de Sintra que pretendia retirar 1500 contos dos escassos 3500 que lhe tinham sido atribuídos em orçamento, em contrapartida, propunha-se a mesma Câmara (e só não levou por diante porque desta vez APU/PS se constituíram em maioria para derrotar a proposta) reforçar em 59 mil contos os 200 mil já orçamentados para as freguesias de maioria «AD».

Todos podem ser sócios

Se ser sócio da AECOD não é, como a sua denominação pode fazer crer, «privilegio» de eleitos em autarquias – comunistas, que o são por direito próprio, ou não comunistas.

De facto, como também se inscreve nos estatutos, «poderão ser associados da Associação todas as pessoas, individuais ou colectivas, que se proponham pugnar pelo desenvolvimento de um Poder Local democrático, a participação das populações e a defesa das liberdades democráticas».

Mas a assembleia da AECOD da região de Lisboa adoptou e divulgou mais um passo no sentido de concretizar este princípio: mediante uma cota mínima de 600\$00 anuais, democratas não eleitos podem ser sócios efectivos, uma vez aprovada a sua admissão pela Comissão Central.

Al fica o convite – feito a todos nós. As propostas devem ser dirigidas a PL-AECOD, Centro de Trabalho Vitória do PCP – Avenida da Liberdade, em Lisboa.

À semelhança da gestão APU, para quem não há «enteados»

Fazer um paralelo com o que se passa em Câmaras de maioria APU vem a propósito. Em Vila Franca, por exemplo (onde a Câmara distribuiu pelas suas 9 freguesias mais dinheiro do que a de Lisboa pelas suas 53), foram descentralizados para todas as freguesias, segundo critérios equitativos 45% das verbas previstas na alínea b do Art.º 5.º da Lei das Finanças Locais, que estabelece como mínimo orçamental a descentralizar 5%; na Amadora, 20% foram descentralizados – e tanto pelas freguesias APU como pelas que o não são.

Este critério – o de atender sem discriminações às necessidades das populações – o que norteia, afinal, a distribuição dos fundos da AECOD, ilustra, aliás, em comparticipações já distribuídas: 10 contos para um parque infantil na Ajuda, 25 para melhoramentos na Charneca, 50 para obras na colectividade Solido de Belém, 20 para ajuda à aquisição de uma escada mágica pelos Bombeiros da Amadora. A delegação regional de Lisboa contribuiu com algumas dezenas de contos, juntamente com as delegações de Setúbal e do Porto, para as obras de abastecimento de água subsidiadas pela AECOD em Santa Marinha do Zêzere e Trevões.

Isto é: apesar de discriminadas, as Câmaras APU (que o governo «AD» e os governadores civis tratam como «enteados») e as freguesias APU em Câmaras «AD» não serão necessariamente as mais beneficiadas: os dinheiros distribuídos pela câmaras «AD» às suas freguesias «AD», como se sabe nem por isso deixam de ser des-

caradamente selectivos, alimentam clientelas políticas, especuladores e obras de fachada – e deixam frequentemente no mais degradante esquecimento necessidades prementes das populações. A AECOD, na medida das suas possibilidades, tudo fará para as atenuar.

Para um vereador da Amadora o pão da solidariedade...

É bonito. No entanto, corresponde à rigorosa observância do princípio estatutário que a coloca ao serviço da «resolução dos problemas locais em colaboração com os órgãos autárquicos»: a AECOD decidiu recentemente que dos prescindidos dos restantes eleitos passasse a ser retirado o salário de um segundo vereador a tempo inteiro, no Município da Amadora (como noticiámos, a maioria AD/PS reprovou a proposta da APU no sentido de a gestão camarária poder contar com os três vereadores a tempo inteiro que a lei prevê).

Chama-se Manuel Vieira, o novo vereador, e o seu trabalho está já a contribuir para a resolução de alguns dos muitos problemas prementes que afligem o jovem concelho.

Esta e outras medidas práticas de apoio ao desenvolvimento do Poder Local democrático e aos interesses das populações serão decerto incrementadas em toda a zona de Lisboa, agora que a AECOD passa a dispor das estruturas adequadas aos objectivos que presidiram à sua constituição – aos princípios morais e políticos defendidos e praticados pelos comunistas e tantos outros verdadeiros democratas, «eleitos para servir o povo» e não para dessa situação obter quaisquer vantagens ou benefícios pessoais.



A Comissão Executiva de Lisboa da AECOD durante a Conferência de Imprensa

Méritos da gestão «AD»... Câmara de Castelo Branco em ruptura financeira

Em pouco mais de dois anos, a gestão «AD» levou a Câmara de Castelo Branco a uma situação de ruptura financeira, com um montante de dívidas calculado em 350 mil contos. «O endividamento descontrolado (que só no passado mês de Junho obrigou ao pagamento de mais de 5 mil contos de juros à Caixa Geral de Depósitos) tem sido de tal ordem que de 30 de Março a 16 de Junho do ano corrente foram aceites títulos de dívida no valor de 38 500 contos».

A acusação, formulada pela APU em comunicado aos órgãos de informação, vem na sequência de outras posições que no mesmo sentido já tomara nos órgãos autárquicos em que está representada, e é acompanhada pela denúncia dos destinos supérfluos e «folclóricos» dos dinheiros dispendidos pela Câmara, que continua a não fazer investimentos nos bairros periféricos e mesmo em freguesias altamente carecidas: «foram mais de 1200 contos para a capa verde do «passelo» (no centro da cidade), um emblema da cidade junto ao Palácio da Justiça que teria custado mais de 500 contos, e uma floresta de semáforos que incomoda mais do que resolve e que a praça de 1980 custou para cima de 5 mil contos».

Nesta situação de gastos descontrolados, que a gestão camarária procura esconder dos vereadores da APU e do PS e da Assembleia Municipal, os serviços de contabilidade estão completamente desorganizados, dificultando a tarefa aos próprios trabalhadores – que são, além disso, vítimas de uma política de pessoal ilegal, com promoções «selectivas» e admissões por cunha, por favor pessoal e sem concurso (assim foram admitidos em dois anos mais de uma centena de trabalhadores), preterindo-se muitos trabalhadores que legalmente deveriam ser promovidos.

A APU, através da sua Comissão Coordenadora de Castelo Branco, afirma que «tudo fará para evitar o descalabro e não esconderá das populações a situação ruínoza a que conduziu a maioria «AD» na Câmara Municipal».

Povo de Gaia e Matosinhos passa a pagar mais cara a luz e a água

Foi perante o justo protesto e o repúdio dos municípios que enchem literalmente as salas das sessões das Assembleias Municipais de Matosinhos e Vila Nova de Gaia, que foram aprovados na passada semana novos aumentos das tarifas da água (em Matosinhos) e da luz (em Gaia).

Em Vila Nova de Gaia, a proposta da APU contra o aumento da luz seria derrotada pela aliança PS/AD. Em Matosinhos, PS e PPD, aliados, fizeram aprovar novos aumentos, desta feita da tarifa da água, tal como o haviam feito semanas atrás com as tarifas da energia.

Num e noutro concelho, incapazes de enfrentar a justa indignação do povo, os responsáveis pelos aumentos tudo fizeram para impedir que a sua traição aos interesses do povo que os elegeu fosse alvo da contestação e do repúdio que merecidamente recebeu.

Em Matosinhos, conforme denuncia o comunicado da Comissão Coordenadora de Matosinhos da APU, ficou provada «a tentativa do presidente da Assembleia Municipal de impedir a entrada para a sala das sessões das muitas centenas de munícipes que acorreram para as-

sistir e protestar contra os aumentos». É que, veio a provar-se ali mesmo, o presidente da Assembleia deu instruções às autoridades policiais para serem encerrados os portões, depois de ter garantido a ocupação de grande parte dos lugares com alguns apaniguados. Depois de ter suspenso a anterior sessão da Assembleia Municipal, tratava-se agora de impor a «lei da rocha». Aliás, as manobras sujas não se ficaram por aqui, tendo ainda um munícipe feito perante toda a Assembleia a acusação de que o presidente da Câmara, Narciso Miranda, do PS, tinha momentos antes agredido a sua companheira, ali mesmo dentro do edifício municipal.

Não fora a tenacidade, a combatividade dos munícipes, e o impecável porte das forças policiais, que, apercebendo-se da ilegalidade das «instruções» dadas pelo presidente da Assembleia, não se deixaram arrastar pela manobra que este havia preparado, e os aumentos da água teriam sido decididos à supaca.

Em Vila Nova de Gaia o presidente da Assembleia Municipal, incapaz de se conter perante a indignação popular, interrompe e depois suspende a sessão, em total

desrespeito pelos munícipes presentes, aos quais o PS não hesita em chamar de «arruaceiros».

Ao longo da luta que vem travando contra aumentos brutais nas tarifas da luz e da água, o povo de Matosinhos, de V.N. Gaia e de outros concelhos do Grande Porto tem tido na APU o único apoio seguro e firme. Uma luta que tem mobilizado e feito intervir, das mais variadas formas, milhares e milhares de munícipes, que vêem desta forma quem são aqueles que defendem sempre os seus interesses e quem são os que se servem do mandato que obtiveram para colaborarem ou tomarem a dianteira no apoio a uma política do Governo orientada para o prejuízo e a degradação do nível de vida dos trabalhadores e do povo.

Festa da APU no Areinho

No próximo domingo, a APU promove uma festa-conívio no Areinho, Oliveira do Douro. A festa terá início pelas 15 horas, e para uma intervenção política estará presente Edgar Correia, do CC e da DORP do PCP.

***** A VENDA *****

Documentos Políticos do Partido Comunista Português

AVANÇO E DERROTA DO PLANO SUBVERSIVO "AD" 1980

DISCURSOS POLÍTICOS DE ALVARO CUNHAL

1.º E 2.º VOLUMES

Terra



DESEMPREGO NO ALENTEJO

• Duzentas herdades seria o suficiente

Bastaria impedir que 200 herdades continuassem abandonadas e subaproveitadas, assim como 60 barragens e charcos cheios de água e dezenas de pomares, laranjais e oliveais, para que de forma rápida e simples se pusesse termo ao grave problema do desemprego no sector agrícola. Quem o afirma, em comunicado recentemente divulgado à população, é o Sindicato Agrícola de Évora para quem o desemprego tem origem na "política autoritária e corrupta" dos governos da "AD". Para aquela organização, "os agrários estão a aproveitar-se bem da situação presente enchendo-se de dinheiro que é pertença do país e do povo, manifestando desinteresse pelo aproveitamento da azeitona e outros produtos e praticando a sabotagem económica com luz verde dos governos 'AD'".

Desmascarando o projecto-piloto de combate ao desemprego elaborado pelos governantes da "AD" através das Secretarias de Estado de Emprego, da Agricul-

tura e do Trabalho, para o qual foi atribuída uma verba de 132 558 662\$00 para os distritos do Sul, o sindicato sublinha que tal plano em nada resolveu os problemas existentes, antes serviu para encher ainda mais os bolsos dos agrários.

Recorde-se que tal projecto arquitetado nos gabinetes do Governo concedia autorização aos patrões para requisitarem pessoas para trabalhar sendo os salários pagos pelo Fundo de Desemprego.

Ora o que aconteceu foi que depois de todo o alarido feito pelo Governo, dizendo em jornais e na Televisão que se estava a combater o desemprego no sector agrícola - acusam os trabalhadores agrícolas de Évora - o tempo passou, o dinheiro foi gasto, os agrários tiveram os lucros, e o desemprego não só ficou como aumentou de 4500 trabalhadores para 6500 no distrito de Évora, e do sector agrícola na zona Sul passou de 22 mil para 30 mil desempregados.

Depois de lembrar que na

altura própria o Sindicato havia advertido para o facto de que tal projecto só favorecia os agrários que "com o lucro deste dinheiro poderiam comprar mais automóveis", o comunicado denuncia que para este ano a guala do patronato foi satisfeita com mais dinheiro para um novo projecto.

Com efeito contam-se por dezenas o número de agrários que solicitaram pessoal ao Fundo de Desemprego a fim deste organismo oficial pagar os serviços que reverterem em proveito dos agrários, como sejam os casos das herdades da Choupana, dos Olivais, da Presa, da Carvelinha e dos Casarões.

Alguns desses serviços, como se pode observar em diversas herdades, resumem-se a arrancar matos, o que não ilude ninguém quanto ao propósito dos agrários de as mandar limpar de modo a que possam extrair a cortiça no próximo ano com menos despesas e assim, com o aval do Fundo de Desemprego, meter milhares e milhares de contos no bolso.

• «Bom senso» e... pouca vergonha

Um seco apelo ao "bom senso" foi quanto ouviu, como resposta, uma delegação de jovens desempregados de Baleizão da boca do governador civil do distrito de Beja no decorrer de um encontro recentemente realizado para exigir a tomada de medidas que ponham cobro ao desemprego.

Os jovens de Baleizão que fazem parte do contingente de oito mil desempregados, na sua maioria jovens e mulheres, existentes no distrito de Beja, procuraram debater os problemas relacionados com a juventude e a Reforma Agrária, bem como as condições de acesso ao primeiro emprego. Atente-se no facto do sector agrícola ser o mais atingido pelo flagelo do desemprego em consequência da entrega de reservas aos latifundiários e dos roubos de terras e máquinas às unidades colectivas de produção e cooperativas agrícolas.

Não se ficando pela simples apresentação dos problemas, a delegação, de que fazia parte um dirigente da União dos Sindicatos de Beja, propôs medidas concretas para combater o desemprego, medidas essas que, no entender dos jovens operários agrícolas, passam pela imediata cessação dos ataques contra a Reforma Agrária, por medidas de apoio por parte do Estado às UCP's/Cooperativas e pela concretização da barragem do Alqueva.

A este respeito foi sublinhada a importância deste empreendimento que proporcionaria a criação de muitos milhares de postos de trabalho. Tal parece não ser, contudo, a opinião do Governo, tendo o governador civil afirmado que o projecto não avança porque o Governo "AD" não tem dinheiro e não pode gastar os 40 milhões de contos necessários. Também a desculpa da crise

económica, situação esta que leva "os investidores a ter medo de fazer investimentos" e a aguda luta social foram outras tantas razões evocadas por aquele representante do Governo para tentar explicar a inércia e a incompetência dos seus parceiros no executivo.

A delegação acusou ainda os partidos de direita que constituem o Governo "AD" por todo este estado de coisas e considerou como demagógica a denominada campanha de "Ocupação de Tempos Livres" que, segundo afirmou, não resolve os problemas de desemprego pois ocupa apenas estudantes durante o seu período de férias.

Entretanto, estão já programados outros encontros de diversas localidades do distrito de Beja, acompanhados por membros da união sindical daquele distrito, com vista a reclamar o direito constitucional ao trabalho.

Adopção de medidas para defender os baldios - requer o Provedor da Justiça

Tomando posição sobre os casos da manifesta ilegalidade que resultam da usurpação de terrenos baldios por parte das juntas de freguesia ou particulares, o Provedor da Justiça endereçou recentemente ao Presidente da Assembleia da República uma comunicação onde se salienta a necessidade de "defender a todo o custo a não apropriação privada dos terrenos comunitários que constituem os baldios".

Naquele documento o Provedor da Justiça começa por lembrar os vários processos que deram entrada no seu serviço onde se constata que as pró-

prias autarquias, mais propriamente as Juntas de freguesia, têm, umas vezes, "procedido à alienação de parcelas de baldios", e, outras vezes, "concedido direitos de superfície em manifesta fraude ao disposto nos Decretos Lei n.º 39/76 e 40/76, de 19 de Janeiro". A juntar a este facto existem ainda as apropriações ou ocupações de baldios por particulares, situação esta que ocorre, conforme denuncia o documento, perante a "passividade" dessas autarquias.

Ora como não é crível que as próprias juntas de freguesia intervenientes nestes casos to-

mem a iniciativa de lhes pedir a anulação, muito embora o Decreto-Lei n.º 40/76 no seu artigo terceiro lhes confira legitimidade para tal, daí se justifica, no entender do Provedor da Justiça, a adopção de "medidas legislativas adequadas, tais como a de atribuir legitimidade ao Ministério Público para pedir a anulação judicial dos actos de apropriação de baldios ou partes destes e (ou) a de se instituir uma acção popular a favor de qualquer compartimento do baldio, à semelhança do que dispõe o artigo 369.º do Código Administrativo no que respeita aos bens das autarquias".

Começa hoje em Vila Real de Santo António

IV Festa da Paz e da Cultura

Inicia-se hoje à noite a IV Festa da Paz e da Cultura, iniciativa conjunta da Câmara Municipal de Vila Real de Santo António e do Conselho Português para a Paz e Cooperação (CPPC).

Como referem as entidades organizadoras, trata-se de uma «iniciativa periódica de prestigiada tradição no Algarve», que «pretende ser meio descentralizador da cultura recorrendo às mais diversificadas expressões da arte erudita ou popular para divulgação do ideal da Paz».

«Manifestação de estrito carácter apartidário, de grande nível cultural e artísti-

Governador Civil, Dr. Oliveira Santos; Presidente da Câmara Municipal de VRSA; CPPC; Presidente da CM Lagos; Presidente da CM

Silves; Presidente da CM de Ayamonte; Presidente da Assembleia Municipal de Vila Real; Junta de Freguesia de VRSA; Junta de Freguesia de VN de Caceia; De-

legações Sindicais de VRSA; Escola Preparatória D. José I; GD Beira Mar de Monte Gordo; Bombeiros Voluntários de VRSA; Conselho Desportivo Municipal;

Clube Náutico do Guadiana; Glória F. Clube; Grupo Teatro António Aleixo; Grupo Rádio Amadores do Algarve; Grupo Desportivo Leões do Bairro.

PROGRAMA

É o seguinte o programa da IV Festa da Paz e da Cultura, concentrado essencialmente na bela cidade algarvia de Vila Real de Santo António:

● Hoje, quinta-feira — 21.30 — Vila Nova de Caceia (Largo do Mercado), ESPECTÁCULO MUSICAL: Joaquim Rogério — Faro; Coral da COPOOFA; Conjunto "Plebe"; Aleksandra Strelchenko — Cantora da União Soviética acompanhada por um Trio Instrumental. 21.30 — Monte Gordo (Esplanada Mariana), CINEMA: "A Grande Ameaça — USA-RFA 1977 de Robert Aldrich. 21.00 — Vila Real de Santo António: Abertura do Concurso Internacional de Rádio Amador — Diploma; IV Festa da Paz e da Cultura (Estação CT 1 — FPC nos Bombeiros Voluntários). 21.30 — Vila Real de Santo António, ABERTURA DAS EXPOSIÇÕES: Organizadas pelo Movimento Português Contra o Apartheid, Associação Portugal-Palestina; (Glória Futebol Clube e Bombeiros Voluntários); "A Obra de Picasso pela Paz"; "6 de Agosto — Dia de Hiroshima"; "Contra o Apartheid, o Racismo e o Colonialismo na África Austral"; "Os Massacres no Líbano — A Resistência Palestiniana". 22.00 — Vila Real de Santo António (Pavilhão Municipal), FINAIS DO TORNEIO DE VOLEIBOL. 22.00 — Vila Real de Santo António (Salão Nobre da Câmara), DEBATE — "PAZ E DESARMAMENTO"; Com Dieter Dellinger e Carlos Silva do Secretariado Nacional do CPPC.

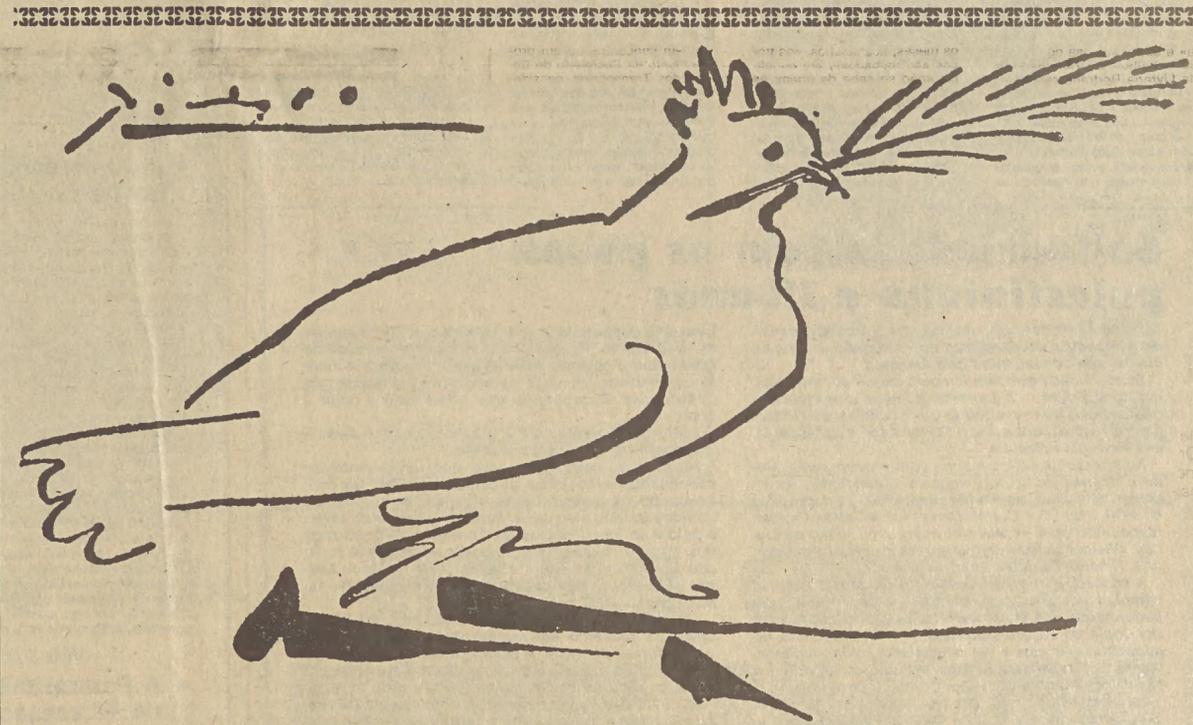
● Amanhã, sexta-feira — 18.00 — Vila Real de Santo António (Salão Nobre da Câmara), DEBATE — O TEATRO, A CULTURA E A PAZ; com Hélder Costa. 21.30 — Vila Real de Santo António (Praça Marquês de Pombal), ESPECTÁCULO MUSICAL: Banda da Capricho Bejense; Conjunto "Plebe"; Gina Maria; Aleksandra Strelchenko — Cantora da União Soviética, acompanhada por um trio instrumental; Carlos do Carmo. 22.00 — Vila Real de Santo António (Pavilhão Municipal), FINAIS DO TORNEIO DE FUTEBOL. 21.30 — Monte Gordo (Pavilhão Municipal), TEATRO E POESIA: Grupo de Teatro António Aleixo do Glória F. C., "Sopinhas de Mel", Teresa Rita; Poesia dita por: Maria do Céu Guerra, Joaquim Pessoa, Igrejas Caeiro. 21.30 — Vila Nova de Caceia (Cine Cacealense), CINEMA: "A Grande Ameaça" — USA-RFA 1977 de Robert Aldrich.

● Sábado — 10.00 — Monte Gordo (Na praia), CONCURSO DE CONSTRUÇÕES NA AREIA: Tema — "A Paz". 21.30 — Monte Gordo (Parque de estacionamento junto ao Casino), ESPECTÁCULO MUSICAL: Escola de Baile do Flamengo "Manolo Castro" — Ayamonte — Espanha; Conjunto "Plebe"; Grupo Musical — Rumo Novo de Faro; Aleksandra Strelchenko — Cantora da União Soviética, acompanhada por um trio instrumental; Trovante e Sérgio Godinho (num programa conjunto). 18.00 — Vila Real de Santo António (Glória Futebol Clube), SESSÃO SOLENE: Saudação do Presidente da Câmara Municipal de Vila

Real de Santo António — Alfredo Graça; Saudação do Governador Civil de Faro — Dr. Oliveira Santos; Saudação do Presidente da Câmara Municipal de Ayamonte — Juan António Gonzalez; Saudação do Conselho Português para a Paz e Cooperação — Dr. Silas Cerqueira da Presidência do CPPC; Leitura da Mensagem da Paz — Igrejas Caeiro da Presidência do CPPC; Encerramento pelo Coral Polifónico e Florália Amanecer de Ayamonte — Espanha. 21.30 — Vila Real de Santo António (Pavilhão Municipal), FESTIVAL DE GINÁSTICA RÍTMICA PELA PAZ: Clube Náutico do Guadiana; Grupo Desp. Escola Secundária António Aleixo — Portimão; Grupo Escola Secundária de Lagos; Grupo Desp. Mini-Trampolim — Escola Secundária de Loulé; Choreo Jazz — G. D. Amador de Lagos. 22.00 — Vila Real de Santo António (Glória Futebol Clube), TEATRO E POESIA: Grupo de Teatro António Aleixo do Glória F. C. — "Sopinhas de Mel", de Teresa Rita; Poesia dita por: Maria do Céu Guerra, Joaquim Pessoa, Igrejas Caeiro.

● Domingo — 7.00 — Vila Real de Santo António (No Guadiana), CONCURSO DE PESCA DESPORTIVA. 10.00 — Vila Real de Santo António (No Guadiana), PROVAS DE VELA. 16.00 — Vila Real de Santo António (No Guadiana), PROVAS DE CANOAGEM. 17.00 — Vila Real de Santo António (No Guadiana), TRAVESSIA A NADO DE AYAMONTE A VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO, Participação de todos os interessados. 18.00 — Vila Real de Santo António (Praça Marquês de Pombal), ESPECTÁCULO INFANTIL: Rancho Infantil de Castro Marim; Palhaços da COPOOFA; Mirian e Hélio; O pequeno acordeonista José Miguel Alferes da Ponte; Helena Isabel e Nuno Gomes dos Santos; Conjunto "Plebe". 18.00 — Vila Real de Santo António (Glória Futebol Clube), CINEMA, "A Grande Ameaça" — USA-RFA 1977 de Robert Aldrich. 21.30 — Vila Real de Santo António (Praça Marquês de Pombal); Joaquim Rogério; Vitorino de Almeida; Música Negra com a Orquestra N'Kassa Cobra da Guiné-Bissau; Aleksandra Strelchenko — Cantora da União Soviética, acompanhada por um trio instrumental; Carlos Mendes — Espectáculo "Triângulo do Mar". 24.00 — Vila Real de Santo António: Encerramento do Concurso Radiomadores. CONCURSO MUNDIAL DE RADIOMADORES — A Delegação de Vila Real de Santo António do Grupo de Radiomadores do Algarve (GRA) organiza um concurso mundial comemorativo da Festa da Paz e da Cultura, atribuindo um diploma às estações de qualquer parte do mundo que contactem a estação especial CT1-FPC — Festa Paz Cultura.

De salientar também que em todas as noites da Festa actuará o cantor Húngaro Tams Berki.



O holocausto de Hiroshima foi há 37 anos

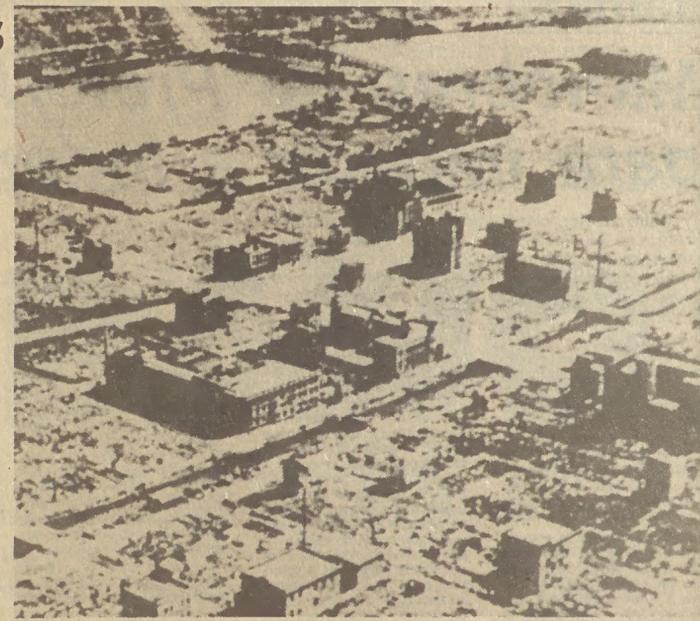
• Jornada evocativa em Lisboa

Realiza-se amanhã no Rossio, em Lisboa, uma jornada evocativa do 37.º aniversário do holocausto nuclear de Hiroshima.

Trata-se de uma iniciativa do Movimento Nacional de Opinião Pública "Não às Armas Nucleares em Portugal" que incluirá intervenções, espectáculo com o Grupo Zíngaro (Hungria) e os conjuntos Pizo Lizo, Semáforo e Old Chapp, além de Renato Jorge e Rui Brás (poesia). Manifestações de bailado e música popular completam o programa do espectáculo.

No local estará patente uma exposição subordinada ao lema "Euroshima não! Hiroshima nunca mais!".

O espectáculo decorrerá entre as 18 e as 24 horas e a exposição entre as 16 e as 24.



Internacional



Uma imagem de Saaida ocupada por Israel. Mulheres e crianças que procuram saber dos familiares presos têm como resposta a brutalidade

O MASSACRE SIONISTA

Menahem Begin, líder sionista de Israel e prêmio Nobel da Paz para vergonha dos homens, está sedento de sangue.

De Beirute e das centenas de milhares de palestinos e libaneses que aí permanecerem só espanta que ainda haja mais alguma coisa que ruínas e mortos, tal a intensidade dos ataques sionistas dos últimos dias.

A violência de domingo dificilmente encontra precedentes: durante mais de 15 horas, 180 000 bombas de todos os géneros foram lançadas sobre Beirute, a média de três bombas por segundo. E os ataques continuam.

Por ordem e desejo de Begin, o homem que depois dos famigerados Acordos de Camp David — o tal primeiro passo para a paz no Médio Oriente — foi galardoado com o Prémio Nobel da Paz...

Sem esquecer as destruições de Saída, Tiro, dos campos de refugiados palestinos, as dezenas de milhares de mortos e mutilados que esta guerra de genocídio já provocou.

E há ainda quem persista em dizer que a culpa é dos palestinos e da sua legítima representante, a OLP, dos libaneses progressistas que se não conformam com a invasão e destruição do seu país. Como se, perante as pretensões de Israel, a obrigação dos outros povos fosse baixar a cabeça com submissão ou deixar-se matar.

E como se de repente a ordem natural das coisas tivesse sido invertida, como se todos os valores sociais trocassem de lu-

gar num mundo de loucura colectiva. Os assassinos são louvados, as vítimas acusadas na praça pública.

Há mesmo quem se indigna entre nós, na imprensa de direita e afins, sem conseguir escapar ao horror do que se passa no Líbano, contra a URSS por não ter tentado minimamente conseguir uma resolução para o seu angustiante problema. Não é Israel que se condena, não são os Estados Unidos que lhe prestam todo o apoio que se responsabiliza: é a União Soviética, é a ONU que são acusadas de ineficiência na resolução de um conflito sangrento que os outros começaram e ateiam!

Ignora-se que as diversas propostas apresentadas para a resolução do problema palestino, ou pelo menos para o termo imediato da guerra, têm sido sistematicamente recusadas por Israel e pelos Estados Unidos. A Administração Reagan, que continua sem reconhecer a OLP, não aceitou o reconhecimento de Yasser Arafat de todas as decisões da ONU referentes à questão palestina; as decisões do Conselho de Segurança das Nações Unidas sobre a invasão do Líbano ou têm

sido vetadas por Washington ou são aprovadas por unanimidade sem a presença do representante norte-americano; os planos para uma evacuação honrosa dos combatentes palestinos e o início de negociações sobre o futuro do massacrado povo esbarram com a negativa de Israel em levantar o cerco a Beirute.

Até mesmo a decisão do Conselho de Segurança das Nações Unidas de enviar uma equipa de observadores para Beirute não foi aceite pelo governo sionista de Israel, que afirma necessitar primeiro de reunir...

Enquanto isso, de impasse para impasse, de recusa para recusa, o cerco em torno de Beirute aperta-se. Os cortes de energia sucedem-se, o abastecimento de viveres e água à população há muito que foi cortado. Na semana passada, autotanques da Cruz Vermelha Internacional foram obrigados a despejar no chão o precioso líquido destinado aos sobreviventes, muitos deles feridos, que se encontram na parte ocidental da cidade.

A utilização de armas proibidas internacionalmente, as ameaças de Israel através de afirmações claras de que a sua "paciência" é limitada e as contraditórias declarações de Washington de que não há limites para as conversações tendentes a uma saída política da guerra no Líbano, são dados que apontam para uma só conclusão: Israel e os Estados Unidos não estão interessa-

dos na 'solução pacífica do problema palestino. Muito pelo contrário, consideram que a destruição da OLP é fundamental para ficarem com as mãos livres para a posterior resolução da questão palestina, com interlocutores mais moderados, ou seja, dóctis aos interesses do imperialismo.

Impossível deixar de pensar que todos os "impasses" criados nas negociações se destinam a permitir que Israel prossiga a destruição de Beirute. Não num assalto final mas em vários, progressivamente mais violentos, mais mortíferos, mais destruidores, até que nada mais reste para destruir...

Se tal suceder, os Estados Unidos chorarão lágrimas de crocodilo, disfarçando o melhor possível que foram eles que se encarregaram de cobrir a maior parte dos custos desta guerra, que já custou muitos milhões de dólares.

Israel, o maior devedor dos Estados Unidos, nunca poderia suportar sozinho os custos de tão monstruosa aventura. O que nos conduz de novo à conclusão de que esta guerra só é possível porque os norte-americanos a sustentam.

Mas não se joga impunemente com a vida humana sem nunca perder. Seja qual for o desfecho da guerra no Líbano, os custos do genocídio de um povo acabarão por ser pagos pelos verdadeiros responsáveis: os Estados Unidos e o seu braço armado no Médio Oriente, o governo sionista de Israel.

Solidariedade com os povos palestino e libanês

Beirute está cercada, mas não há armas que consigam impedir a solidariedade dos povos do mundo de chegar aos combatentes palestinos.

Solidariedade que tem também raízes em Portugal, como se provou na passada semana numa sessão realizada no Teatro Adoque por iniciativa do Conselho Português para a Paz e Cooperação e da Associação Portugal-Palestina.

Na sessão de solidariedade com o povo palestino e libanês participou Hussein Abdelchalik, representante da OLP em Madrid, para além de deputados do PCP e do PS — Carlos Carvalhal e Carlos Candal, respectivamente — o director-adjunto do Diário de Lisboa, Piteira Santos e um jornalista do mesmo vespertino, Ribeiro Cardoso, entre outros.

A bárbara agressão sionista no Líbano; o silêncio cúmplice do governo português; as manobras de desinformação dos meios de informação estatizados; a denúncia da responsabilidade norte-americana no genocídio que está a ser perpetrado pelos sionistas; o carácter fascista do Estado de Israel, constituíram a tônica das intervenções dos oradores portugueses.

Hussein Abdelchalik, por seu turno, falou de forma comovente sobre a história do seu povo e a luta que desde há longos anos os palestinos dirigidos pela OLP travam pelo direito à pátria livre e independente que lhes foi usurpada por Israel. Falou também da

formação deste Estado e das diferenças entre sionismo e judaísmo. Recordou as diversas resoluções da ONU sobre a questão palestina e o reconhecimento Internacional da OLP. Lembrou os massacres, as destruições, o genocídio que Israel está a levar a cabo.

Alertámos o mundo para o que se ia passar — disse — mas parece que ninguém nos ouviu.

No final da sessão foi aprovado um documento condenando Israel pelas atrocidades cometidas contra os povos palestino e libanês, bem como os Estados Unidos pelo apoio dado ao governo de Begin e pelo veto das decisões do Conselho de Segurança das Nações Unidas. O documento exige ainda o fim das agressões israelitas, a retirada do território libanês e dos territórios ocupados, e a aplicação das resoluções da ONU sobre a Palestina.

Durante a sua estada em Portugal Hussein Abdelchalik foi recebido por representantes do PCP e de outras forças políticas. A delegação do Partido que se encontrou com o representante da OLP, formada por Joaquim Gomes, da Comissão Política e do Secretariado e Albano Nunes, responsável da secção Internacional, reafirmou o apoio dos comunistas ao povo palestino na sua luta pelos direitos nacionais inalienáveis e, em particular, à construção do seu próprio Estado independente e soberano.

Namíbia

Manobras de Pretória para impedir a independência

O ministro dos Negócios Estrangeiros do regime racista da África do Sul, Roelof Botha, afirmou depois de uma visita à Namíbia, na semana passada, que o governo de Pretória poderá romper as negociações com o chamado "grupo de contacto" sobre o processo de independência da Namíbia.

Estas declarações, divulgadas na imprensa quase ao mesmo tempo que o anúncio de um cessar-fogo provisório, a título experimental, entre o exército racista e a Organização do Povo do Sudoeste Africano (SWAPO) a partir do próximo dia 25 de Agosto, não podem deixar de ser consideradas como novas manobras de diversão do regime de apartheid.

Na verdade, a ameaça de interromper as conversações, surgida um dia depois da divulgação de uma sondagem que dava à SWAPO mais de 60 por cento dos votos em eleições na Namíbia, não é nova. Já numa fase anterior do processo, quan-

do se aproximava a data inicialmente prevista para a realização de eleições, a África do Sul tomou idêntica posição.

Por outro lado, não deixa de ser curioso o aparecimento do anúncio do cessar-fogo — que implica a partida a chegada a algum acordo — que, segundo o secretário administrativo da SWAPO, Riundja Ali Kaakunga, é perfeitamente falso, não passando de uma manobra dos países ocidentais e do regime racista de Pretória tendente a pôr de parte a questão da independência da Namíbia, durante a próxima cimeira da Organização de Unidade Africana, que hoje se deverá iniciar em Trípoli na Líbia.

Aquele representante da SWAPO afirmou mesmo a agência noticiosa angolana a disposição da sua organização em prosseguir a luta de libertação até à assinatura de um verdadeiro cessar-fogo, o que só poderá ser efectuado depois de se resolver o problema do método eleitoral a aplicar na Namíbia.

Recorda-se que os países que integram o "grupo de contacto" (Estados Unidos, França, República Federal da Alemanha, Canadá e Grã-Bretanha), bem como a África do Sul que continua a ocupar ilegalmente a Namíbia, apresentaram uma proposta eleitoral de "duplo voto", que favorece as forças coloniais, contra a proposta de "um homem, um voto" apresentada pela SWAPO e apoiada pelos países da Linha da Frente (Angola, Moçambique, Zâmbia, Zimbábue, Tanzânia e Botswana).

Informações recentes dão como certa uma proposta do "grupo de contacto" para que se ultrapasse, de momento, a primeira fase das negociações sobre a independência do território, ou seja o sistema eleitoral, a favor da discussão da segunda fase, sobre a constituição das forças da ONU que serão instaladas na Namíbia durante o período das eleições. Certas agências começaram já a dar como certa também a data do acto eleitoral, que estaria marcado para Abril do próximo ano.

Tantas e tão contraditórias informações, que os órgãos de informação ocidentais se apressam a propagar como manifestações de "boa vontade" da parte das autoridades racistas de Pretória em relação à Namíbia, provocam de imediato sérias reservas. Com efeito, tudo parece montado para confundir a opinião pública internacional sobre os verdadeiros responsáveis do

Sete anos depois de Helsínquia

A PAZ EM PÉ DE GUERRA

Em Helsínquia, há sete anos, trinta e cinco estados, incluindo todos os países da Europa, o Canadá e os Estados Unidos, assinaram a Acta Final da Conferência de Segurança e Cooperação Europeias, num acto histórico que constituiu um marco no processo de desanuviamento da Europa.

Foi no dia 1 de Agosto de 1975 que a assinatura da Acta Final da Conferência, conhecida em todo o mundo como a Acta de Helsínquia, consagrou as realidades europeias do pós-guerra, dando um reconhecido impulso no caminho do desanuviamento e cooperação no velho continente e reconhecendo oficialmente a necessidade de reforçar o desanuviamento político e militar entre os Estados.

O aspecto mais significativo da Conferência residiu sem dúvida na confirmação da possibilidade de acordo entre os países de Leste e Oeste, desde que ambas as partes perilhassem de facto a vontade de procurar soluções mutuamente aceitáveis para os seus problemas, malgrado as diferenças políticas existentes.

Que a Conferência de Helsínquia e designadamente a Acta Final contribuíram então sensivelmente para a paz na Europa é hoje inegável: a confiança recíproca entre os Estados do continente foi aprofundada, as relações económicas alargadas, avançou-se na perspectiva de redução do perigo de guerra na Europa e no mundo.

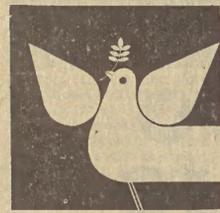
Mas sete anos depois que dizer do processo de desenvolvimento então consolidado? Avançou ou retrocedeu? A resposta a semelhantes interrogações tem vindo a ser dada claramente por Washington, que não se coíbe de afirmar o desanuviamento "contrário aos seus interesses" enquanto desenvolve todos os esforços junto dos seus tradicionais aliados europeus para um retorno ao espírito da "guerra fria". Sem êxito, por enquanto.

A questão está em saber até que ponto a dependência económica e política dos países capitalistas da Europa em relação aos Estados Unidos permitirá manter uma oposição firme ao regresso a uma política de "equilíbrio" à beira da guerra termonuclear. De momento, é notória a moderação da generalidade dos políticos europeus face aos acontecimentos regis-

tados fora das fronteiras da NATO e mesmo no que se refere às exigências norte-americanas para o aumento das despesas militares.

E bom é que assim seja. Esta consciência de que o desanuviamento beneficia toda a Europa — e que por isso mesmo deve ser preservado e reforçado — na medida em que constitui de facto a única alternativa à catástrofe nuclear, não pode ser desligada do vigoroso movimento de massas a favor da paz que se vem manifestando em todos os países do continente.

Os milhões de vozes que se ergueram nos últimos meses por toda a Europa gritando "Paz



sim, guerra não", não podem ser ignorados. E os resultados dessas importantes manifestações populares começaram já a fazer-se sentir. Ainda recentemente François Mitterrand, presidente francês, afirmou na Hungria que "na actual atmosfera de tensão, se impõe tudo fazer para conservar os progressos obtidos no diálogo Leste-Oeste".

No mesmo sentido se pronunciou o chanceler alemão Helmut Schmidt, ao salientar que os aliados europeus consideram que a cooperação política e económica com os países da Europa de Leste aproveita a ambas as partes. Bruno Kreisky, chanceler federal da Áustria, considerou por seu turno "ridícula a afirmação de que a política de desanuviamento foi pouco eficaz", fazendo notar que "o fim da política de desanuviamento

seria a catástrofe para todos os Estados europeus". Também o ministro italiano dos Negócios Estrangeiros, Emilio Colombo, acentuou a necessidade de continuar a procura de uma política conjunta que tenha por objectivo o desanuviamento e a paz.

Os defensores da guerra

A consciência dos perigos do afastamento do espírito de Helsínquia não impediu no entanto que os trabalhos da recente sessão extraordinária (a segunda) da Assembleia Geral da ONU para o desarmamento terminassem sem a aprovação de qualquer resolução comum.

Que concluir desta falta de conclusões? A quem cabe responsabilizar por isso? Uma vez mais a resposta se encontra na política agressiva da administração norte-americana, que encabeça os círculos imperialistas empenhados na corrida aos armamentos e que não hesitam em atizar os conflitos armados em diversas zonas do mundo e em ameaçar com o emprego de armas nucleares.

Empunhando uma vez mais a tese do "equilíbrio do medo", os Estados Unidos enveredaram decisivamente pela corrida aos armamentos; como afirmou recentemente Ronald Reagan em Beirute, o objectivo norte-americano é "através da dissuasão evitar qualquer guerra..." e para que a "dissuasão" resulte há que possuir cada vez mais armas, cada vez mais destruidoras... E procurar envenenar sempre que possível as relações Leste-Oeste quando estas tendem a estreitar-se, como desesperadamente Washington procura fazer em relação ao gasoduto siberiano.

Para que não subsistam dúvidas quanto à doutrina militar dos Estados Unidos a imprensa publicou — e seria ingenuidade imaginar que se trata de "fuga" — partes de um documento secreto do Pentágono de "Directivas sobre a Estruturação das Forças Armadas dos EUA".

Os objectivos aí fixados não podiam ser mais claros. Em primeiro lugar afirma-se a necessidade de ser a potência número um em todos os índices militares. Para o conseguir foram ela-

borados vários programas. A prioridade vai para o alargamento das forças ofensivas estratégicas, sendo relevante que o orçamento para 1983 preveja um aumento superior a 40 por cento das despesas nesse domínio. A concretizar-se, até ao fim da década de 80 o número de cargas nucleares lançadas de uma vez, num só voo, aumentaria 50 por cento.

Outro dos objectivos assinalados no "secreto" documento refere-se à militarização do espaço. Fazendo tábua rasa do Tratado sobre os Princípios da Actividade dos Estados na Prospeção e Utilização do Espaço (1967) e do Acordo entre a URSS e os EUA sobre o estudo e utilização do espaço cósmico com fins pacíficos, assinado em 1977, a administração Reagan prepara-se para reforçar a militarização do espaço.

No dia 1 de Setembro deverá entrar em actividade o chamado comando espacial destinado a preparar guerras no espaço, enquanto se intensifica a criação de novos sistemas de armas adequadas a operações militares no espaço e a partir do espaço. Estão também a ser postos em prática projectos de construção e instalação no espaço de mísseis e armas de raio laser, para serem lançadas de transportadores tipo "Shuttle-Columbia" como o que recentemente efectuou uma série de ensaios com armas secretas a bordo.

Muitos outros dados poderiam ser avançados neste domínio para mostrar quem são os defensores da guerra, os destruidores do espírito de Helsínquia.

Basta no entanto recordar a resposta de Reagan às propostas soviéticas destinadas a prevenir o perigo da catástrofe nuclear, designadamente a decisão da URSS de não efectuar o primeiro ataque nuclear, que se veio juntar ao compromisso assumido em 1979 de não proceder ao primeiro ataque com armas convencionais.

A guerra nuclear passou a ser encarada pelos EUA como possível e, em certas circunstâncias, mesmo oportuna. O que significa que, sete anos depois da assinatura da Acta de Helsínquia, a paz está de novo seriamente ameaçada.

MOVIMENTO COMUNISTA

• II Conferência Extraordinária do PC dos EUA

«A presente conferência foi convocada porque o nosso povo volta a defrontar os fenómenos quotidianos de crise de uma nova era de depressão, com a mais devastadora epidemia económica desde os anos 30. E também porque outro espectro igualmente terrível se ergue para todo o mundo, o espectro de uma catástrofe nuclear, o mais terrível perigo para a paz mundial desde a II Guerra Mundial — esta a razão — definida por Cyrus Hael, secretário-geral do Partido — da realização da conferência extraordinária que o PC dos EUA realizou em Abril último e que constituiu um balanço, uma troca de opiniões sobre a forma de elevar a participação dos comunistas e a sua contribuição para «as lutas do povo, que na sua maioria está actualmente convencido de que a "regnomania" (política económica de Reagan) leva directamente a um desastre económico e que a eleição de Reagan constitui um tremendo erro histórico».

Na Conferência foi analisada a actual política do governo norte-americano, a nível nacional e internacional.

Foi feito um balanço da acção de massas que se vem a desenvolver, quer em relação a problemas económicos, quer na organização e acção do movimento da paz, num processo que conduz de acções de resistência a um movimento ofensivo na luta de classes. Movimento que não pode deixar de reflectir-se no clima da campanha eleitoral de 82.

Uma outra questão reactualizada é o problema do racismo: «o movimento da classe operária que não adopte uma posição concreta e de princípio contra o racismo, as práticas racistas e a opressão nacional não será nunca um movimento forte e unido».

• A Paz foi o tema central da 4.ª sessão do CC do PSUA

A reunião salientou a importância do desenvolvimento estável e dinâmico da RDA para «a consolidação das posições internacionais do socialismo e a luta pela paz», centrando-se parte dos

seus trabalhos na denúncia da perigosa política seguida pelo Pentágono e pela NATO. Foi destacada a importância do movimento de massas pela paz, sublinhando-se o apoio à decisão unilateral por parte da União Soviética — decisão divulgada na 2.ª Assembleia da ONU pelo Desarmamento — de não utilizar em primeiro lugar as armas nucleares.

Durante a reunião foram referidos os encontros da Páscoa da FDJ (organização da juventude comunista) — accões a favor da paz e de excepcional envergadura, em que participaram mais de quatro milhões de jovens.

Face à crise do capitalismo, e os seus reflexos internacionais, afirma-se na intervenção final de Erich Honecker: «Confirma-se a justeza de reagir às alterações desfavoráveis das condições económicas externas por uma batalha por mais elevados resultados, por uma crescente produtividade do trabalho. E simultaneamente uma forma de responder aos efeitos e intenções da guerra comercial desencadeada pelos governos dos EUA contra os países socialistas, contra a nossa RDA».

• Um novo partido em África

Foi recentemente formado no Mali o Partido da Revolução e Democracia (PMRD), que se declara um partido marxista-leninista cujo objectivo a longo prazo é a construção de uma sociedade socialista no Mali. O objectivo imediato é a luta por uma revolução democrática e popular.

O PMRD divulgou um manifesto aos operários, camponeses, intelectuais revolucionários, soldados e estudantes.

«O manifesto é criticada a política actual, do governo de Moussa Traoré, e aponta-se como objectivos centrais da revolução: uma economia livre do domínio estrangeiro, o controlo dos sectores-chave pelo Estado, uma política económica planeada com a participação dos trabalhadores, a reforma agrária; no plano político destaca-se as liberdades democráticas e sindicais, o controlo popular, a reestruturação das forças armadas, a reestruturação da política no domínio da instrução e cultura. Defende-se uma política externa baseada na unidade africana contra o imperialismo, o colonialismo e o neocolonialismo, o racismo, o apartheid e o sionismo».

